



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

**ATRIBUTOS DA QUALIDADE DA
ORGANIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES DO
DESPORTO ESCOLAR DA REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA**

Miguel José Diabinho Saldanha

2008



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

**ATRIBUTOS DA QUALIDADE DA
ORGANIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES DO
DESPORTO ESCOLAR DA REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA**

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em
Educação Física e Desporto

Miguel José Diabinho Saldanha

Orientador: Professor Doutor Jorge Alexandre Pereira Soares

2008

À minha família e a todos
que de forma directa me ajudaram na realização da dissertação
ou que de forma preocupada me perguntaram
“como está a correr o mestrado”?!

Palavras-chave

Prática desportiva, desporto escolar, organização, qualidade do serviço, professores, arbitragem, competição e treino de jovens.

Agradecimentos

A realização deste estudo apenas foi possível devido ao apoio de todos os que, de forma directa ou indirecta, se disponibilizaram para acompanhar a sua realização e aos quais gostaria de agradecer.

Ao Professor Doutor Jorge Soares pela forma como geriu todo o processo de orientação, sendo de destacar a sua capacidade de trabalho e metodologia utilizada, bem como a eficiência na avaliação do trabalho efectuado.

A todos os professores inquiridos pela participação neste estudo, proporcionando a avaliação deste sector, possibilitando o seu posterior desenvolvimento e valorização.

Ao grupo de mestrandos do qual fiz parte, que participaram na aplicação e leitura dos questionários aos professores do desporto escolar da RAM, pela entreadjuada demonstrada durante o trabalho desenvolvido.

Ao Engenheiro Gonçalo Saldanha, pelo apoio informático prestado, sempre que solicitado.

À professora Ana Carvalho pela colaboração na tradução e revisão de textos relacionados com este estudo.

À professora Ana Pedreira pelo apoio dado na revisão de textos inseridos neste estudo.

À professora Ana Isabel Viola pela colaboração na tradução de texto relacionado com este estudo.

Às professoras Isabel Pascoal, Ângela Lopes e Gilda Alves, pelo apoio dado através da sua experiência neste sector e conhecimento da própria região, contribuindo para o enriquecimento e concretização deste estudo.

Índice Geral

1	Apresentação e justificação do problema em estudo.....	1
1.1	Introdução.....	1
1.2	Apresentação do problema	2
1.3	Delimitação do problema	4
1.4	Relevância e oportunidade do estudo	4
1.5	Objectivos do estudo	6
2	Enquadramento conceptual do desporto escolar.....	8
2.1	Conceito.....	8
2.2	Objectivos.....	9
2.3	A legislação na Região Autónoma da Madeira	11
2.4	A Organização na Região Autónoma da Madeira	13
2.5	A comunicação na organização da Região Autónoma da Madeira	19
2.6	Os professores de educação física como protagonistas da qualidade da organização.....	21
2.7	O treino e a competição	24
2.7.1	Introdução ao conceito de treino e competição de jovens.....	24
2.7.2	O treino no desporto escolar da Região Autónoma da Madeira.....	29
2.7.3	A organização dos quadros competitivos escolares da Região Autónoma da Madeira	31
2.8	A arbitragem no desporto escolar da Região Autónoma da Madeira.....	33
2.9	Desporto escolar e desporto federado.....	35
2.10	A qualidade do serviço	38
3	Metodologia.....	46
3.1	A amostra.....	46
3.2	O questionário	51
3.3	A recolha de dados	53
3.4	Tratamento dos dados.....	53
4	Apresentação dos resultados.....	56

4.1	Qualidade do serviço prestado pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar	56
4.2	Qualidade de intervenção dos agentes educativos.....	57
4.3	Comunicação da informação	59
4.4	Percepção dos professores do desporto escolar, em função dos anos de experiência.....	60
4.4.1	Número de competições por sábado/concentração.....	60
4.4.2	Número de competições/jogos por ano	61
4.4.3	Realização das competições aos sábados de manhã.....	62
4.4.4	Horário dos transportes para as competições	62
4.4.5	Serviço de transporte dos alunos que vão competir	63
4.4.6	Qualidade da organização da competição	64
4.4.7	Arbitragem.....	65
4.5	Percepção dos professores do desporto escolar, em função da área geográfica da escola (Funchal, Oeste e Este)	66
4.5.1	Número de treinos por semana	66
4.5.2	Duração dos treinos	67
4.5.3	Número de competições por sábado/concentração.....	68
4.5.4	Número de competições/jogos por ano	68
4.5.5	Competições aos sábados de manhã.....	69
4.5.6	Horário dos transportes para as competições	70
4.5.7	Serviço de transporte dos alunos que vão competir	71
4.5.8	Qualidade da organização da competição	72
4.5.9	Arbitragem.....	72
5	Discussão dos resultados	74
6	Conclusões	82
7	Considerações finais e recomendações	85
8	Referências	88
8.1	Diplomas legais	88
8.2	Bibliografia.....	89

Índice de Figuras

1	Organigrama do desporto escolar na RAM	18
2	Organigrama da estrutura interna do GCDE na RAM	19
3	Grau de satisfação dos coordenadores do desporto escolar, relativamente aos indicadores: qualidade da organização da competição, número de jogos ou competições, arbitragem e serviço de transporte dos alunos que vão competir.	56
4	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar no que respeita à intervenção: dos professores de educação física, da arbitragem, dos encarregados de educação, dos funcionários da escola, dos serviços administrativos da escola e do presidente da direcção/conselho executivo.	57
5	Grau de satisfação dos professores orientadores de equipas e coordenadores de actividade interna, relativamente à recepção da informação sobre o desporto escolar.	59

Índice de Quadros

1	Síntese das características do treino e competição de jovens segundo alguns autores.....	29
2	Idades dos professores do desporto escolar.....	46
3	Género dos professores do desporto escolar.....	47
4	Ciclo de escolaridade em que os professores do desporto escolar leccionam.....	47
5	Zona geográfica em que os professores do desporto escolar leccionam.....	48
6	Distribuição por escola dos professores do desporto escolar.....	49
7	Situação profissional dos professores do desporto escolar.....	50
8	Anos de experiência dos professores do desporto escolar.....	50
9	Cargos desempenhados pelos professores do desporto escolar.....	51
10	Novos níveis relativos ao grau de satisfação e aos anos de experiência.	55
11	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente ao número de competições por sábado/concentração.....	60
12	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente ao número de competições/jogos por ano.	61
13	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente às competições aos sábados de manhã.	62
14	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente ao horário dos transportes para as competições.	63
15	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente ao serviço de transporte dos alunos que vão competir.....	64
16	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente à qualidade da organização da competição.	65
17	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente à arbitragem.....	66
18	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente ao número de treinos por semana.....	67

19	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente à duração dos treinos.....	67
20	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente ao número de competições por sábado/concentração.....	68
21	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente ao número de competições/jogos por ano.....	69
22	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente às competições aos sábados de manhã.....	70
23	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente ao horário dos transportes para as competições.....	70
24	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente ao serviço de transporte dos alunos que vão competir.....	71
25	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente à qualidade da organização da competição....	72
26	Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente à arbitragem.....	73

Índice de Anexos

Anexo I	Percentagem de professores satisfeitos com o desporto escolar	96
Anexo II	Distribuição das escolas por zona geográfica/concelho	97
Anexo III	Questionário fase validação	98
Anexo IV	Questionário definitivo	99

Resumo

Este estudo tem como objectivo avaliar a qualidade do serviço do desporto escolar da Região Autónoma da Madeira, através da apreciação dos professores que nele trabalham. Para tal, foi conseguida a participação de 98% do universo dos professores de Educação Física, que desempenharam funções durante o ano lectivo 2006/2007, ao nível do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário. Utilizou-se o inquérito por questionário como instrumento de pesquisa. Os resultados demonstram que os professores estão satisfeitos com a qualidade do serviço. Os resultados (também) revelam que os coordenadores do desporto escolar estão muito satisfeitos com a qualidade da organização da competição, que os professores de Educação Física são os intervenientes que maior percepção satisfatória provocam ao nível dos professores do desporto escolar questionados. A recepção da informação relativa ao desporto escolar, recebida dos coordenadores do desporto escolar, é a mais apreciada pelos professores orientadores de equipas e coordenadores da actividade interna. Os resultados revelam também insatisfação no que ao número de competições por sábado/concentração e jogos por ano se refere, bem como ao horário dos transportes para as competições diz respeito. Por outro lado, os professores estão satisfeitos relativamente às competições aos sábados de manhã, ao serviço de transporte dos alunos, à qualidade da organização da competição, à arbitragem, número de treinos por semana e duração dos mesmos. Importa destacar a obtenção dos resultados estatisticamente significativos: na arbitragem, sendo percebida de forma insatisfatória pelos professores menos experientes em relação à satisfatória dos mais experientes; no horário dos transportes dos alunos, variando este de forma nem satisfatória, nem insatisfatória e insatisfatória da zona do Funchal em relação às zonas Este e Oeste e por último, no serviço de transporte dos alunos, sendo este percebido de forma insatisfatória pelos professores da zona Oeste, em relação às restantes zonas geográficas e de forma nem satisfatória, nem insatisfatória pelos professores do Funchal em relação às suas zonas vizinhas.

Abstract

The present paper aims at evaluating organized scholar sports' service quality in the Autonomous Region of Madeira through the perception of the teachers involved in the project. In order to achieve this goal, 98% of the Physical Education (PE) teachers, who worked as Secondary (students aged 11 to 18 years old) teachers during the scholar year of 2006/07, took part in this survey. An individual written questionnaire was used as research instrument. The results show that PE teachers are satisfied with the service quality. Moreover, they also disclose that organized scholar sports coordinators are very pleased with the competition's organization quality; PE teachers are the ones who show greater satisfaction perception levels among all the inquired teachers participating in organized scholar sports; and finally, the issue that causes higher levels of satisfaction to the teachers responsible for teams and internal activity coordinators is the received information regarding organized sports sent out by the organized scholar sports coordinators. On the other hand, the survey's outcome displays dissatisfaction concerning the number of competitions per Saturday/ gathering and matches during the scholar year as well as the transportation timetables to the competitions' locations. Despite this situation, the teachers demonstrate high levels of satisfaction as far as the competitions on Saturdays' mornings, the students' transportation service, competition organization quality, refereeing and number and duration of trainings per week are concerned. It is important to highlight the significant statistical data: refereeing is perceived as a dissatisfactory variable by the less experienced teachers, differing from the satisfactory levels point out by the most experienced ones; the students' transportation timetables cannot be referred to as satisfactory nor dissatisfactory but in the Funchal area they are clearly perceived as dissatisfactory when opposed to the Western and Eastern areas; finally, the students' transportation service is regarded as dissatisfactory by the Western area teachers when comparing it to the other geographical areas and it is also perceived as neither satisfactory nor dissatisfactory by the Funchal area teachers when opposed to their neighbourly areas.

Résumé

Cette étude a été faite pour évaluer la qualité du service du sport scolaire de la *Região Autónoma da Madeira* à travers l'appréciation des enseignants qui travaillent dans ce projet. Pour cela, on a eu la participation de 98% de l'univers des enseignants d'Éducation Physique, qui ont joué des fonctions pendant l'année scolaire 2006/2007, au niveau du 2^o et 3^o *ciclos do Ensino Básico e Secundário*. Comme instrument de recherche, on a utilisé l'enquête par questionnaire. Les résultats démontrent que les enseignants sont satisfaits de la qualité du service. Les résultats révèlent aussi que les coordinateurs du sport scolaire sont très satisfaits de la qualité de l'organisation de la compétition, mais de tous les intervenants dans ce processus, les plus appréciés par les enseignants du sport scolaire ce sont les enseignants d'Éducation Physique. La réception des informations concernant le sport scolaire, reçue des coordinateurs du sport scolaire, est appréciée par les enseignants orientés d'équipes et les coordinateurs de l'activité interne. Les résultats révèlent aussi qu'il y a de l'insatisfaction en ce qui concerne le nombre de compétitions par samedi/concentration et jeux par année, ainsi qu'à l'horaire des transports pour les compétitions. D'autre part, les enseignants sont satisfaits à l'égard des compétitions le samedi matin, au service de transport des élèves, à la qualité de l'organisation des compétitions, à l'arbitrage, au nombre d'entraînements par semaine et durée des mêmes. Il faut souligner l'obtention des résultats statistiquement significatifs : dans l'arbitrage, qui a été considéré peu satisfaisante par les enseignants moins expérimentés mais satisfaisante par les plus expérimentés; dans l'horaire des transports des élèves, en variant celui-ci de façon ni satisfaisante, ni peu satisfaisante et peu satisfaisante de la zone de Funchal en ce qui concerne les zones Est et Ouest et finalement, dans le service de transport des élèves, qui a été aperçu de façon peu satisfaisante par les enseignants de la zone Ouest, en rapport aux restantes zones géographiques et de forme ni satisfaisante, ni peu satisfaisante par les enseignants de Funchal concernant leurs zones voisines.

Abreviaturas e Símbolos

DRE – Direcção Regional de Educação

GCDE – Gabinete Coordenador do Desporto Escolar

RAM – Região Autónoma da Madeira

RGP – Regulamento Geral de Provas

SRE – Secretaria Regional da Educação

Freq. – Frequência

% - Percentagem

> - Maior

< - Menor

\leq - Menor ou igual

X^2 – Estatística do teste de independência do Qui-Quadrado

1 Apresentação e justificação do problema em estudo

1.1 Introdução

Avaliar a qualidade do serviço do desporto escolar da Região Autónoma da Madeira (RAM), no ano lectivo 2006/2007, através da apreciação dos professores que nele trabalham é o tema central deste estudo.

Pretende-se desta forma avaliar a qualidade do serviço prestado pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE), identificar a satisfação proporcionada pelos vários intervenientes no desporto escolar e conhecer a percepção relativamente à informação recebida sobre o desporto escolar, bem como a percepção dos professores relativamente à facilidade de participação do grupo/equipa e ao funcionamento das competições externas, em função das variáveis anos de experiência no desporto escolar e área geográfica (Funchal, Oeste e Este) em que o professor lecciona.

O desporto escolar rodeia-se da maior importância, na medida em que oferece um conjunto de actividades desportivas, contribuindo de forma decisiva para a formação desportiva dos jovens e para a sua qualidade de vida. Permite também o acesso à prática desportiva escolar, podendo-se transformar ele próprio num factor de educação.

Importa ainda referir que a organização deste trabalho será dividida em vários pontos:

- Apresentação e justificação do problema em estudo, onde se pretende apresentar o tema e transmitir os respectivos objectivos.

- Enquadramento teórico, pretendendo-se aqui abordar uma série de variáveis que estão intimamente relacionadas e que apenas em conjunto poderão contribuir para uma visão integrada desta área. As variáveis a desenvolver são as que irão posteriormente ser colocadas aos professores e que pretendem avaliar a percepção dos mesmos relativamente à qualidade do serviço proporcionado pelo desporto escolar, abordando-se ainda o Quadro político e legal do desporto escolar na RAM.

- Metodologia, que tem como objectivos caracterizar a amostra, apresentar o instrumento de medida utilizado, descrever as condições de realização do estudo e mencionar os procedimentos estatísticos utilizados na análise dos resultados.

- Apresentação dos resultados, seguindo esta uma estrutura de objectivo a objectivo (do primeiro para o último). Para se poder apresentar informação muito detalhada, optou-se pela apresentação de quadros que serão acompanhados pela respectiva análise. É de referir que irão ser apresentadas estatísticas descritivas, para analisar os objectivos 1, 2 e 3, sendo posteriormente apresentadas estatísticas indutivas, para analisar os objectivos 4, 5 e 6.

- Discussão dos resultados, fase em que são realizados comentários aos resultados, tendo em conta os aspectos referidos na revisão da literatura e outros relacionados com o desporto escolar.

- Conclusões, baseadas nos resultados obtidos, analisados e discutidos nos pontos anteriores. Importa referir que as conclusões serão organizadas relativamente aos objectivos deste estudo.

- Considerações finais e recomendações, fase em que serão realizadas propostas para a repetição do mesmo estudo com algumas alterações em alguns âmbitos.

1.2 Apresentação do problema

Este estudo pretende avaliar o serviço externo proporcionado pelo GCDE, a partir dos atributos dos professores que trabalham no desporto escolar das escolas da RAM, contribuindo desta forma para a melhoria das actividades e do serviço.

Importa desta forma realizar uma introdução ao conceito de desporto escolar e da Qualidade do Serviço.

Segundo Pina (1995), por desporto escolar entende-se o conjunto de actividades lúdico-desportivas e de formação com objectivo desportivo. Estas actividades são desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de escolha e inserem-se no plano de actividades da escola.

Em termos de organização, o desporto escolar, segundo a Coordenadora Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física (2002), são actividades de treino semanais, para os alunos inscritos (segundo as regras e os critérios de organização e participação específicos da modalidade), na unidade “grupo-equipa”. Actividades de convívio/competição interna e inter-escolas, cobrindo as diversas áreas (tipos de actividade) consideradas no Programa de Educação Física, em todas as escolas

ou agrupamentos de escolas, incluindo actividades pontuais, com deslocação para fora da escola, em modalidades de Exploração da Natureza (orientação, canoagem, escalada, ciclismo ou BTT, Surf, etc.) e/ou em convívios de demonstração ou competição.

Com o objectivo de aferir o trabalho realizado pelo GCDE, torna-se também pertinente perceber a qualidade dos serviços como factor estratégico.

Importa começar por referir que o interesse na qualidade de serviço tem vindo a aumentar, uma vez que se estabelece cada vez mais uma relação entre a qualidade e a performance organizacional/competitividade.

Vários autores citados por Robinson (2006), mostram que a pesquisa no campo desportivo tem-se primeiramente preocupado com o melhoramento da qualidade e têm focado dois grandes aspectos: o primeiro integra estruturas e programas para melhorar a qualidade de serviço oferecida pelas organizações desportivas e o segundo centra-se na avaliação da qualidade de serviço a partir da perspectiva do cliente. As percepções de qualidade de serviço tendem a ser avaliadas através de uma pesquisa após a experiência do cliente. Estes resultados permitem que defeitos na qualidade de serviço sejam identificados e que se introduza um melhoramento na qualidade. Uma vez detectados, os níveis de qualidade do serviço podem ser alterados de forma a ir ao encontro dos níveis de expectativas de clientes. Contudo, é evidente que os clientes de serviços desportivos, geralmente, esperam mais do que eles percebem ter.

Robinson (2006), refere que é necessário focar as organizações desportivas, pois, embora façam parte do sector dos serviços, pode ser discutido o facto dessas estruturas terem um número de características que as distinguem de outras organizações de serviços. Primeiramente, os gastos em actividades desportivas são facultativos e podem ser vistos como luxo. Por outro lado, os clientes relacionam-se, normalmente, com organizações desportivas no seu tempo livre e, por último, muitas vezes há um investimento emocional nas actividades da organização desportiva. Estes factores, provavelmente, levarão à criação de maiores expectativas relativamente a organizações desportivas do que relativamente a outros fornecedores de serviço.

Ainda Robinson (2006), propõe que a orientação da pesquisa deva ir além de uma focalização no melhoramento da qualidade, sendo guiada pelo desenvolvimento de ferramentas que permitam uma análise à priori para uma compreensão da forma como as expectativas do cliente são criadas e como podem ser influenciadas.

1.3 Delimitação do problema

É determinante conhecer, se o nível de percepção dos professores é satisfatório ou insatisfatório relativamente ao desporto escolar da RAM, pois tal como refere Soares (1996), uma das preocupações actuais que norteiam a actuação das organizações é a satisfação das necessidades sociais e psicológicas dos seus membros, uma vez que se considera determinante para o sucesso da organização a relação existente entre a “motivação” (a par de outras variáveis de recursos humanos) e o “empenhamento”, para o alcance dos objectivos da mesma.

Segundo Bilhim (2006), com a chegada da abordagem da gestão estratégica de recursos humanos, a participação dos empregados deixou de visar o aumento de sua satisfação para ter como objectivo a utilização mais adequada das suas competências, melhorando o seu desempenho e aumentando a sua produtividade. No centro desta filosofia está a convicção de que gerar o compromisso do empregado conduz à melhoria do desempenho.

Desta forma, o presente trabalho pretende conhecer os pontos fortes e fracos de uma organização, baseando-se na percepção de professores que directamente estiveram envolvidos no desporto escolar, isto é, coordenadores do desporto escolar, coordenadores de actividade interna e responsáveis de grupo/equipa, a partir de informações relativas a vários indicadores e intervenientes, bem como das informações relativas ao desporto escolar recebidas. Pretende-se desta forma retirar conclusões que poderão ser importantes para o aumento qualitativo da organização e por sua vez da entidade que a coordena.

1.4 Relevância e oportunidade do estudo

É na escola que todo o cidadão passa (Ferreira, 2006). Partindo deste princípio, pensamos que todos os trabalhos/estudos que tenham como finalidade descrever ou avaliar o desporto escolar, vêm valorizar a escola e o desporto em geral.

Nesta altura surge a seguinte questão: Mas porquê o interesse no desporto escolar?

Segundo Ferreira (2006), porque dispõe do maior parque desportivo, dispõe de técnicos especializados, dispõe de um enorme campo de recrutamento e dispõe de um programa estatal.

Na Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 49/2005, 30 de Agosto de 2005, no Artigo 53.º - Investigação em educação – pode-se ler:

“a investigação em educação destina-se a avaliar e interpretar cientificamente a actividade desenvolvida no sistema educativo, devendo ser incentivada, nomeadamente, nas instituições de ensino superior que possuam centros ou departamentos de ciências da educação, sem prejuízo da criação de centros autónomos especializados neste domínio”.

Segundo o Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2005/M, que aprova a orgânica da Direcção Regional de Educação da RAM, no Artigo 18.º - Atribuições – ao centro de formação, Inovação e Projectos compete, designadamente:

“Efectuar estudos de investigação em áreas relacionadas directamente com as competências e intervenção do GCDE no sistema educativo”.

Em suma, a administração pública regional tem interesse no desenvolvimento de estudos que se relacionam, entre outras coisas, com a prática desportiva juvenil, como podemos mais uma vez comprovar no Decreto Legislativo Regional n.º 4/2007/M – que estabelece as bases do sistema desportivo da RAM, no Artigo 58.º - Investigação científica – pode-se ler:

“A administração pública desportiva, em colaboração prioritária com a Universidade da Madeira, promove e apoia a realização de estudos e trabalhos de investigação, vocacionados para o conhecimento dos indicadores da prática desportiva e dos diferentes factores de desenvolvimento do desporto, em particular no que se refere aos hábitos desportivos das populações, à condição física dos cidadãos, à prática desportiva juvenil e de alto rendimento”.

A ideia que os professores podem e devem participar na avaliação do trabalho desenvolvido nas escolas, justifica por outro lado a sua inclusão neste estudo e simultaneamente a pertinência do mesmo, como se pode ler no ponto 2, do Artigo 5.º, do Estatuto da Carreira Docente – Direito de participação do processo educativo – o direito de participação dos professores compreende:

“O direito a propor inovações e a participar em experiências pedagógicas, bem como nos respectivos processos de avaliação”.

Ainda no ponto 3, do mesmo Estatuto, no Artigo 34.º – Conteúdo funcional – uma das funções do pessoal docente é:

“ Organizar e acompanhar as actividades de enriquecimento curricular dos alunos”.

Neste estudo será avaliada a satisfação dos professores que trabalham no desporto escolar da RAM, pois são estes, como iremos ver mais à frente, os responsáveis pela orientação do sector e, simultaneamente, são os técnicos especializados que operacionalizam no terreno o Programa existente. Assim, parece-nos pertinente aprofundar o conhecimento sobre o estado actual do sector nesta região, dando simultaneamente continuidade a um trabalho já iniciado no passado por Soares (1997).

1.5 Objectivos do estudo

Pretende-se com este trabalho avaliar a qualidade do serviço do desporto escolar, com base nas percepções dos professores que nele participaram.

Torna-se assim importante definir objectivos, para desta forma conhecer a realidade que se pretende estudar, pois simultaneamente será através destes que se operacionalizam as ideias e dúvidas que suscitaram esta investigação.

Os objectivos deste estudo são os seguintes:

1. Avaliar a qualidade do serviço prestado pelo GCDE através da opinião dos coordenadores do desporto escolar, no que respeita aos indicadores:
 - 1.1. Número de competições/jogos por ano
 - 1.2. Serviço de transporte dos alunos que vão competir
 - 1.3. Qualidade da organização da competição
 - 1.4. Arbitragem
2. Identificar a qualidade de intervenção dos agentes educativos, nomeadamente:
 - 2.1. Dos professores de Educação Física
 - 2.2. Da arbitragem
 - 2.3. Dos Encarregados de Educação
 - 2.4. Dos funcionários da escola
 - 2.5. Dos Serviços Administrativos da Escola
 - 2.6. Da Direcção ou Conselho Executivo

3. Identificar a percepção dos professores orientadores de equipas e dos coordenadores da actividade interna em relação à recepção da informação sobre o desporto escolar, por parte:
 - 3.1. Do Coordenador do desporto escolar
 - 3.2. Da Direcção ou Conselho Executivo
 - 3.3. Dos Serviços Administrativos da Escola
 - 3.4. Do GCDE
4. Verificar se a percepção dos professores relativamente à qualidade do serviço do desporto escolar varia em função da sua experiência, no que respeita aos indicadores:
 - 4.1. Número de competições por sábado/concentração
 - 4.2. Número de competições/jogos por ano
 - 4.3. Realização das competições aos sábados de manhã
 - 4.4. Horário dos transportes para as competições
 - 4.5. Serviço de transporte dos alunos que vão competir
 - 4.6. Qualidade da organização da competição
 - 4.7. Arbitragem
5. Verificar se a percepção dos professores relativamente à qualidade do serviço do desporto escolar varia em função da área geográfica (Funchal, Oeste e Este), no que respeita aos indicadores:
 - 5.1. Número de treinos por semana
 - 5.2. Duração dos treinos
 - 5.3. Número de competições por sábado/concentração
 - 5.4. Número de competições/jogos por ano
 - 5.5. Realização das competições aos sábados de manhã
 - 5.6. Horário dos transportes para as competições
 - 5.7. Serviço de transporte dos alunos que vão competir
 - 5.8. Qualidade da organização da competição
 - 5.9. Arbitragem

2 Enquadramento conceptual do desporto escolar

2.1 Conceito

Segundo Cruz (1984), pode-se dizer que estamos face à prática de Desporto quando: desporto implica actividade desportiva regular; desporto impõe a existência duma competição desportiva regular; desporto necessita enquadramento técnico e organização estável e consequente; desporto obriga à existência dum regulamento total e universalmente aceite e respeitado; desporto precisa de estruturas coordenadoras; desporto pressupõe estudo e desenvolvimento de conhecimentos científicos (técnicos e regulamentares) que permitam a progressiva melhoria de cada modalidade desportiva.

Na escola o conceito de Desporto ainda apresenta mais dúvidas no que diz respeito à sua definição, pois se por um lado existe a partir do momento em que se verificam os pressupostos referidos acima por Cruz, por outro lado difere do desporto que sucede ao nível dos clubes porque, ainda segundo este autor, são realidades diferentes.

Deste modo, o Desporto ao nível escolar segundo Cruz (1984) deve apresentar as seguintes características: a existência de uma disciplina de Educação Física; a posição que o Desporto (não) desfruta no Sistema Educativo, não sendo ainda reconhecido como factor de Educação e, como tal, não considerado nos tempos lectivos dos estudantes; a existência de equipamento desportivo, que permite uma utilização por uma grande massa de estudantes e a presença de técnicos cuja formação garante um determinado nível de qualificação.

Segundo Coutinho (1984, p. V):

“Integrar o desporto na escola – a todos os níveis – é preparar o desenvolvimento do “Desporto para todos” no quadro de uma política de “Saúde para todos”, de “Cultura para todos” e duma renovação da via democrática: integrar o “Desporto para toda a vida” à educação permanente, é afirmar que esta não deve somente permitir ao homem tomar o seu lugar na evolução tecnológica, mas que ela deverá salvaguardar, ao longo de toda a sua existência e sob todas as formas (biológica, estética, social, pessoal) a qualidade de vida.”

2.2 Objectivos

As principais finalidades do desporto escolar são facilitar o acesso à educação e ao bem-estar físico, através de uma prática desportiva coordenada por profissionais qualificados. Importa também e segundo Pina (1995), promover a saúde, bem como a educação moral, intelectual e social da juventude, no respeito absoluto à individualidade e à diferença.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto, o ponto 5, do artigo 51º, que faz referência à ocupação dos tempos livres e desporto escolar:

“O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados”.

O desporto escolar tem ainda como objectivos encontrar formas de equilíbrio entre a competição e o convívio, aumentar o número de praticantes, melhorar algumas competências motoras através do treino, das competições e actividades sócio/recreativas, combater o abandono escolar precoce, aumentar a oferta de actividades de enriquecimento curricular e melhorar a qualidade das práticas desportivas.

Por outro lado, existe um conjunto de valores adquiridos no desporto, que segundo Bento (2004) são transmitidos para a vida e que são também, em nossa opinião, objectivos do desporto escolar:

- Colocar paixão e emoção naquilo que se faz.
- Exercitar a disciplina e autodisciplina e gerir bem o tempo de cada dia.
- Ter um comportamento de desprendimento e renúncia a papéis de vedeta e de actor principal.
- Interagir com os outros.
- Agir segundo as regras do jogo que são as da correcção e da ética, da consideração e do respeito pelo adversário.
- Desenvolver e testar competências motoras, técnicas, tácticas, afectivas e cognitivas.
- Desenvolver as capacidades de resistência e persistência.

- Incorporar o gosto e o risco de tomar decisões.
- Adquirir o hábito de assumir responsabilidades e aceitar críticas.
- Formar um sentido de liderança.
- Cultivar a imaginação, a inovação e a criatividade, a alegria e o optimismo, qualidades que o jogo permite treinar de modo quase ilimitado e que tão relevantes são para a vida.

Parece-nos importante nesta altura referir os objectivos gerais e específicos do desporto escolar na RAM, definidos no respectivo Programa 2006/2007 e relativos ao 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário:

“- O Projecto do Desporto Escolar em cada escola, deve ter em conta o seu Projecto Educativo, o Plano de Actividades e estabelecer uma relação estreita com a disciplina de Educação Física;

- Os alunos deverão ter uma participação muito activa no planeamento e gestão das actividades, ao nível do dirigismo, da arbitragem, e mesmo da orientação de equipas (monitores);

- Deverá ser desenvolvido um clima de boas relações interpessoais e o respeito pelas normas de espírito desportivo entre todos os elementos envolvidos no Desporto Escolar;

- Todos os participantes nas actividades do Desporto Escolar deverão ter em conta as regras de higiene e segurança;

- Na organização e desenvolvimento das actividades, dever-se-á ter em conta a saúde, o bem-estar, bem como, a condição física dos participantes;

- Deverá ser oferecido um conjunto variado de actividades, de forma a dar resposta às motivações e interesses dos alunos;

- O projecto deverá envolver a maioria dos alunos da escola, sobretudo, privilegiando os escalões etários mais baixos;

- Os alunos deverão compreender ao longo do seu processo de formação os benefícios de uma prática desportiva sistemática, como contributo para uma vida activa e saudável.”

Ainda segundo o Decreto Legislativo Regional nº 4/2007/M, que estabelece as bases do sistema desportivo da RAM, no artigo 16.º - Desporto Escolar, é referido:

“(…)

2- Ao desporto escolar devem estar preferencialmente cometidas as fases de iniciação e de formação da carreira dos praticantes desportivos, bem como o desenvolvimento de vocações para o desempenho de funções, designadamente as de arbitragem e dirigismo desportivos.

3- O desporto escolar realiza a sua missão através de núcleos e clubes escolares, constituindo este último um meio de articulação com o desporto federado”.

Após a leitura dos objectivos, fica-se com a ideia de que estes são abrangentes, tentando contribuir de forma específica para o desenvolvimento geral dos alunos, que realizam a sua actividade no desporto escolar. Esta formação visa não só o domínio de

atitudes e valores, como pretende simultaneamente alargar e complementar o currículo dos mesmos, servindo posteriormente todas as disciplinas, em especial a Educação Física. Neste caso recorde-se o art.º 53- Desporto na Escola – da Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho, Lei de Bases do Desporto, que refere:

“A educação física e o desporto devem ser promovidos na escola nos âmbitos curricular e de complemento curricular, tendo em conta as necessidades de expressão física, de educação e de prática desportiva, visando o fomento da prática do exercício físico, o aumento do interesse do aluno pelo desporto e seu desenvolvimento.”

2.3 A legislação na Região Autónoma da Madeira

A RAM, por ser dotada de autonomia legislativa e regulamentar, tem a possibilidade e a responsabilidade de definir programas e regulamentos específicos em matéria de educação e desporto, sem prejuízo das Leis Nacionais, ou seja, a organização do desporto escolar resulta do seu Estatuto Político-Administrativo que consagra à Assembleia Legislativa Regional competências para legislar, com respeito da Constituição e das Leis Gerais da República (Lei n.º 13/91, de 5 de Junho).

Segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2007/M, que estabelece as bases do sistema desportivo da RAM, o ponto 5 do respectivo Preâmbulo, refere que é apenas em 1979 que, em matéria de desporto, o Decreto-Lei n.º 364/79, de 4 de Setembro, vem definir e transferir para a Região competências até então reservadas ao Estado. Assim, conforme dispõe o artigo 13.º desse diploma, passa a ser competência e responsabilidade da RAM:

“Prestar às estruturas do DE, federado, dos trabalhadores e militar, em estreita colaboração e coordenação, o apoio técnico necessário à prossecução das competências que lhes estão cometidas”.

No ponto 6 do mesmo Preâmbulo, é referido que:

“Todos os indicadores de desenvolvimento desportivo evidenciam a relevância desse processo experimentado com a conquista da autonomia:

(...)

A intervenção coerente e continuada nas áreas do desporto escolar e do desporto para todos;”

Continuando no mesmo Preâmbulo, no ponto 11 pode ler-se:

“No âmbito da actividade desportiva acomoda-se uma visão alargada do desporto ao consagrar-se soluções que se direccionam aos mais diversificados sectores desportivos. Desde o desporto para todos até à relevância do desporto na natureza, passando pelo desporto escolar ou pelo

desporto para cidadãos com deficiência, o decreto legislativo regional oferece indicações seguras sobre os valores a preservar e os desígnios a alcançar para um melhor desporto madeirense.”

Ainda de acordo com o mesmo diploma, no Capítulo IV – Actividade desportiva - Secção I, artigo 16º - Desporto Escolar, pode ler-se:

“1- O desporto escolar, entendido como a expressão da actividade desportiva não curricular realizada nos estabelecimentos de ensino da Região, constitui um meio de formação integral dos jovens.”

Na mesma Secção, art.º 17.º - Desporto para cidadãos com deficiência, no ponto 1, pode ler-se:

“A organização e promoção das actividades desportivas para cidadãos com deficiência têm expressão, designadamente, nas áreas do desporto federado, desporto lazer e do desporto escolar.”

Continuando na mesma Secção, art.º 19º - actividades conjuntas, lê-se:

“As associações de modalidade, as associações multidesportivas e demais entidades operantes no sistema desportivo regional articulam as suas intervenções de modo a favorecer o contacto entre as áreas do desporto escolar e do desporto federado, através da implementação de actividades conjuntas, dotadas de regulamentação técnico-pedagógica apropriada, sem prejuízo da concretização das actividades específicas de cada uma das áreas.”

Na Secção II – Alto rendimento e selecções da Madeira, do mesmo Capítulo, no ponto 1 do art. 24º - Selecções da Madeira, pode-se ler:

“As selecções da Madeira são organizadas e preparadas, preferencialmente nos escalões etários que cobrem as fases de formação e especialização dos praticantes desportivos, para a participação em provas nacionais e internacionais em cada modalidade desportiva da área do desporto federado ou da área do desporto escolar.”

No Capítulo VI – Organização do desporto, na Secção II – Movimento associativo desportivo, no ponto 2 do art.º 49.º - Associações multidesportivas, pode-se ler:

“São igualmente multidesportivas as associações que intervêm em áreas específicas, designadamente no âmbito do desporto para todos, do desporto para cidadãos com deficiência e do desporto escolar.”

Ainda no Capítulo VIII – Financiamento do desporto, art.º 56.º - Objecto, pode ler-se:

“1- O financiamento público do desporto compreende a comparticipação, designadamente nos custos associados às seguintes vertentes:

(...)

d) Actividades do desporto escolar, do desporto para todos e do desporto para cidadãos com deficiência.”

2.4 A Organização na Região Autónoma da Madeira

Em termos gerais a organização do desporto escolar, segundo o Decreto-Lei n.º 95/91 de 26 de Fevereiro - Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar, na Secção I – Enquadramento geral, art.º 7.º - Organização do desporto escolar, passa pela articulação de três níveis, isto é, nível local através dos núcleos de desporto escolar constituídos em cada escola, a nível regional através das estruturas de coordenação das direcções regionais de educação e por último a nível central através da Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário. Simultaneamente, são órgãos consultivos para o desporto escolar o Conselho Técnico e o conselho Nacional do Desporto Escolar, que funcionarão junto da Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário.

Na organização ao nível da RAM e para enquadrar o desporto escolar em termos estruturais, isto é, quem o dirige e que competências e atribuições tem, importa referir que é através do Decreto Regulamentar Regional n.º5/2005/M, que aprova a orgânica da Secretaria Regional de Educação (SRE) e do Gabinete do Secretário Regional e órgãos dependentes, que fica englobado o sector do desporto, onde no Capítulo I, Artigo 2.º se pode ler:

“É missão da SRE o estudo e a execução da política educativa do desporto ...”

Ainda se pode ler no referido Decreto, que a SRE é superiormente dirigida pelo Secretário Regional de Educação, ao qual são genericamente atribuídas competências, das quais se destacam:

“(...)

b) Orientar e superintender em todas as actividades a desenvolver nas áreas da educação, do ensino e da acção social escolar, da educação física e desporto, da formação profissional, da sociedade de informação e das novas tecnologias e comunicações;

(...)

d) Garantir o direito à educação, ao desporto, à formação profissional ao acesso às novas tecnologias e ao desenvolvimento do sistema educativo.”

No Capítulo II, Estrutura da Secretaria Regional de Educação, no Artigo 4.º - Estrutura, pode-se ler:

“A SRE compreende:

(...)

b) A Direcção Regional da Educação (DRE).”

Segundo o Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2005/M de 22 de Abril de 2005, que aprova a orgânica da Direcção Regional de Educação (DRE) da RAM, surge o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE), em que na Secção VI – Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, no seu Artigo 17º - Atribuições e estrutura, se pode ler:

São atribuições do GCDE, designadamente:

- a) Coordenar a área de expressão e educação físico motora e do desporto escolar em todos os níveis de ensino;*
- b) Planear, orientar e avaliar os programas, projectos e actividades do desporto escolar desenvolvidos no âmbito da DRE;*
- c) Promover e apoiar, em colaboração com a DSFIP, acções de formação destinadas a professores e alunos nas áreas dos programas, organização, gestão e treino das actividades curriculares e do desporto escolar;*
- d) Promover e organizar o quadro competitivo do desporto escolar nos ensinos básico e secundário;*
- e) Assegurar a organização de competições e outras actividades desportivas escolares, tendo em vista a participação dos alunos da Região Autónoma da Madeira a nível nacional e internacional.*

É na Secretaria Regional da Educação que se integra o GCDE, com as competências que já vimos anteriormente, dirigido por um director designado pelo Secretário Regional da Educação, que segundo Soares (1996) tem, entre outras, as seguintes competências:

- a) Criar condições para a institucionalização do Desporto Escolar*
- b) Desencadear acções necessárias à prática efectiva do desporto, nomeadamente nas áreas de animação, em colaboração com outros organismos desportivos*
- c) Promover e coordenar o intercâmbio desportivo escolar*
- d) Fomentar, regulamentar e coordenar, a nível regional, os quadros competitivos escolares, tendo em vista a maior participação possível da juventude*
- e) Proceder à recolha de todos os elementos que possibilitem o planeamento das actividades do Desporto Escolar na Região*
- f) Pronunciar-se acerca dos critérios relativos a instalações gimnodesportivas e apetrechamento*
- g) Propor a nomeação dos Coordenadores Regionais e Concelhios*
- h) Programar o intercâmbio do Desporto Escolar a nível nacional*

Mas para além do director do GCDE e segundo o Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2005/M de 22 de Abril de 2005 – que aprova a orgânica da Direcção

Regional de Educação da RAM, na Secção VI, Artigo 17.º - atribuições e estrutura, pode-se ler que este, por sua vez, é coadjuvado por um director-adjunto.

Ao director-adjunto compete, designadamente:

- a) *Substituir o director nas suas ausências e impedimentos;*
- b) *Coordenar ao nível do GCDE as áreas administrativa, financeira e de pessoal;*
- c) *Coordenar os eventos ao nível do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, bem como as modalidades desportivas, a comunicação social e marketing do GCDE.*

Na dependência do GCDE funcionam:

- a) *O Centro de Formação, Inovação e Projectos (CFIP;)*
- b) *A Secção de Apoio Administrativo (SAA).”*

Na Subsecção I, Artigo 18.º - Atribuições, lê-se:

- a) *“Ao CFIP compete, designadamente:*
- b) *Coordenar a área de formação, investigação e projectos do GCDE;*
- c) *Efectuar estudos de investigação em áreas relacionadas directamente com as competências e intervenção do GCDE no sistema educativo;*
- d) *Realizar acções de formação de professores e alunos para todos os níveis de ensino;*
- e) *Apresentar projectos relacionados com o desenvolvimento das áreas de competência e intervenção do GCDE.”*

O Decreto Legislativo Regional n.º 7/98/M – que define o regime jurídico dos coordenadores regionais, de modalidade e concelhios da área disciplinar de Expressão e Educação Físico-Motora do 1º ciclo do ensino básico e desporto escolar em todos os níveis de ensino, DR, I série – A, nº 97, de 27 de Abril de 1998, vem definir mais competências para outros tantos cargos, que dão continuidade à organização interna do GCDE, nomeadamente os Coordenadores Regionais (Artigo 2º) e Coordenadores de Modalidade (Artigo 3º), de que se destaca o seguinte:

“1- A área disciplinar de Expressão e Educação Físico-Motora do 1º ciclo do ensino básico e o desporto escolar em todos os níveis de ensino são articulados e orientados por quatro coordenadores regionais.

2- Os cargos de coordenadores regionais devem ser desempenhados por professores licenciados em Educação Física e Desporto.”

Compete aos coordenadores regionais:

“ (...)

- d) *Reunir ou elaborar a documentação necessária de apoio aos docentes;*
- e) *Planear e propor superiormente todo o quadro competitivo regional dos diferentes graus de ensino no âmbito do desporto escolar;*

f) Propor superiormente os critérios de participação das escolas e alunos da Região Autónoma da Madeira no quadro competitivo nacional.”

Os cargos de coordenadores de modalidade devem ser desempenhados por professores licenciados em Educação Física e Desporto. Compete aos coordenadores de modalidade:

- a) “Orientar e acompanhar toda a actividade curricular do 1º ciclo do ensino básico e extra-curricular de todos os níveis de ensino na sua modalidade;*
- b) Apoiar os coordenadores regionais no exercício das suas funções.”*

Ao nível da Escola e de acordo com o Despacho n.º 109/2005 – relativo à estrutura organizativa do Desporto Escolar integrada na Secretaria Regional da Educação – Série II - n.º 206, de 26 de Outubro de 2005, pode-se ler as competências relativas a cada cargo desempenhado pelos professores no desporto escolar, das quais resumimos as mais pertinentes para este estudo:

O responsável pela coordenação do desporto escolar é eleito pelos docentes do grupo de Educação Física, onde no exercício das suas funções é apoiado pelo orientador de grupo/equipa e pelo coordenador de actividade interna.

Deve operacionalizar na escola as orientações estabelecidas pelas entidades responsáveis (DRE e GCDE), propondo e orientando o trabalho dos professores que integram o desporto escolar, coordenando as actividades desportivas escolares, cumprindo e fazendo cumprir o Projecto das Actividades do desporto escolar.

É também sua responsabilidade, comunicar ao GCDE as actividades desportivas escolares desenvolvidas pela escola e os alunos que nelas participam, assim como enviar um relatório das respectivas actividades.

Por outro lado, ao nível da escola, deverá manter actualizado o dossier do desporto escolar, apresentando todos os documentos referentes ao Programa do desporto escolar, de forma a manter informados os restantes professores.

Quanto à acumulatividade, o cargo de coordenador do desporto escolar não é acumulável com qualquer outro cargo, excepto em casos autorizados pela DRE.

Em relação ao orientador de grupo/equipa compete a este colaborar com o Coordenador do desporto escolar na organização das actividades sempre que para isso seja solicitado por este.

Acompanhar e orientar a (s) equipa (s), da modalidade desportiva de que é responsável de uma forma sistemática ao nível interno e externo, podendo cada

orientador orientar mais de uma modalidade, mas apenas em casos particulares devidamente fundamentados e autorizados pela DRE.

Importa referir que os responsáveis por este cargo são nomeados pelo Órgão de Gestão do estabelecimento de ensino em que leccionam.

Por último, o coordenador de actividade interna é nomeado pelo Órgão de Gestão do estabelecimento de ensino em que lecciona e apenas pode ser nomeado um coordenador de actividade interna por escola.

Deverá apoiar o Coordenador do desporto escolar na organização das diversas actividades desportivas escolares, promovendo a prática desportiva, organizando e acompanhando os quadros competitivos internos, bem como as equipas participantes e todas as acções desenvolvidas dentro da escola.

O cargo de coordenador da actividade interna pode acumular com o de orientador de grupo/equipa desde que autorizado pela DRE, podendo ser desempenhados por professores que leccionam outras disciplinas, sem ser Educação Física, desde que devidamente justificado e autorizado pelas entidades atrás referidas.

Para terminar, importa ainda referir que as equipas participantes nas actividades do desporto escolar só podem ser acompanhadas por professores que nele desempenhem funções, sendo estas obrigadas a participar regularmente nas actividades ou competições organizadas. Por outro lado, o critério para atribuição de créditos horários a cada escola baseia-se no trabalho desenvolvido por esta no ano lectivo anterior.

Após as referências efectuadas à estrutura organizativa do desporto escolar na RAM, podemos sintetizá-la na Figura 1.

A estrutura organizativa interna do GCDE da RAM, segundo o seu director, sofreu em 2004 algumas remodelações. Estas relacionaram-se com a criação de departamentos que têm por objectivo equipar o gabinete de ferramentas específicas para dar respostas rápidas e eficazes aos diferentes problemas que as várias actividades vão colocando, libertando assim o director do GCDE e seus colaboradores da sobrecarga a que estavam sujeitos, conseguindo entre outras coisas, desenvolver o Programa do desporto escolar relativo a cada ano lectivo.

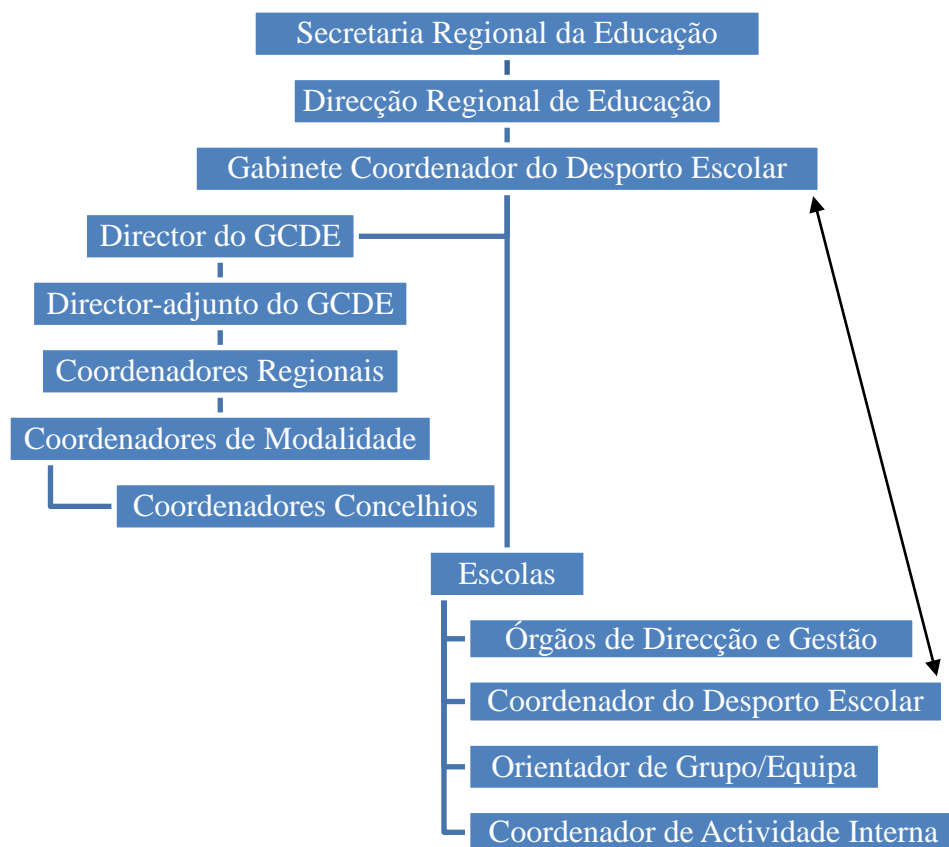


Figura 1 – Organigrama do desporto escolar na RAM

Assim temos: o Departamento de Formação, que é responsável pela formação de professores e alunos ao nível do desporto escolar, quer ao nível da arbitragem quer técnico de cada modalidade; o Departamento do 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário, responsável pelas actividades desportivas realizadas em cada um destes níveis de ensino; o Departamento do 1º Ciclo do Ensino Básico que coordena, promove, aplica e avalia as actividades nesta etapa inicial, bem como o Programa de Expressão e Educação Físico-Motora; o Departamento das Actividades Colectivas e Individuais, que elabora e gere os quadros competitivos do desporto escolar e, por último, o Departamento de Apoio Administrativo, que suporta tecnicamente todo o serviço administrativo.

O gabinete possui ainda Serviços que realizam o trabalho Administrativo.

O acompanhamento, avaliação e controlo das actividades do desporto escolar, são da responsabilidade dos Órgãos de Direcção e Gestão dos Estabelecimentos de Educação e Ensino, coadjuvados pelo coordenador do desporto escolar, da Direcção Regional de Educação e pelo GCDE.

Com base no que foi referido, podemos na Figura 2 definir o seguinte organigrama relativo à organização interna do GCDE da RAM.

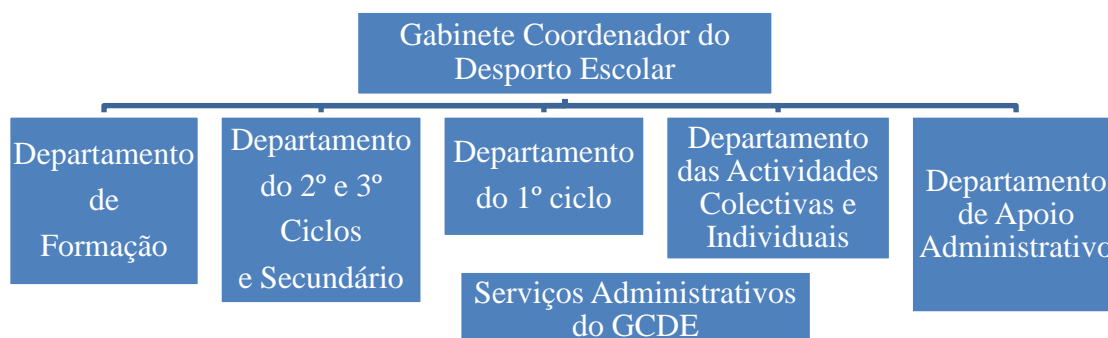


Figura 2 – Organigrama da estrutura interna do GCDE na RAM

2.5 A comunicação na organização da Região Autónoma da Madeira

Segundo Scroferneker (2003), a comunicação organizacional abrange todas as formas de comunicação utilizadas pela organização para relacionar-se e interagir com os seus públicos. Na verdade, a comunicação é uma das formas mais eficazes de marketing. É necessário perceber e saber aproveitar este conceito, para desenvolver uma organização.

Segundo Pedro (1999, p.43):

“O que é extremamente perigoso para as organizações, porque põe em causa a sua sobrevivência, é ficar para trás na adopção dos meios de época. Isto é, se uma empresa não adopta e integra as inovações verificadas nas tecnologias da informação e comunicação está condenada ao fracasso e provavelmente ao desaparecimento. Uma empresa actual a funcionar como em 1900 não poderia sobreviver”.

Ao nível do desporto escolar da RAM, a comunicação representa um dos mais importantes atributos desta organização.

A necessidade do GCDE articular com os diversos intervenientes no desporto escolar, nomeadamente coordenadores, presidentes do Conselho Executivo, professores, etc. faz com que as decisões envolvidas no tema comunicação sejam muitas: o que

dizer, a quem dizer, quando dizer, com que frequência, de que forma, por que meio de comunicação, entre outras.

Quais os objectivos principais da comunicação?

Segundo Goldschmidt (2003), escolher para quem comunicar (receptor), como comunicar (mensagem e codificação) e, finalmente, como conseguir chegar a esta pessoa (média) são decisões chave no processo de comunicação.

Ao mesmo tempo é necessário ter em conta que, os receptores vão ouvir apenas o que se ajusta às suas expectativas e às suas crenças.

Ainda para Goldschmidt (2003), isso significa que, muitas vezes, é preciso que a pessoa seja abordada várias vezes, em momentos diferentes, por meios diferentes, antes que tome uma atitude em relação à organização. A reacção que desejamos pode ser o resultado de isso tudo e não de um evento isolado.

São várias as formas utilizadas pelo GCDE para comunicar com os restantes intervenientes para dinamizar o desporto escolar na RAM e cumprir o respectivo Programa. A comunicação formal¹ utilizada caracteriza-se por possuir como principais ferramentas o telefone, o correio (para enviar ofícios e documentos diversos), o fax e a internet², possuindo uma página própria (www.madeira-edu.pt/dre/gcde) ou através do correio electrónico.

Importa ainda referir que, a comunicação tem um tempo de maturação e os resultados podem demorar a aparecer.

Segundo Goldschmidt (2003), existem etapas que são fundamentais no desenvolvimento de uma comunicação eficaz:

- Identificação do público-alvo;
- Determinação dos objectivos da comunicação;
- Elaboração da mensagem. Conteúdo, estrutura e formato;
- Selecção dos meios de comunicação;
- Medir os resultados do sistema de comunicação.

¹ Existem dois tipos de comunicação segundo Apolinário (1992, p.76): “Comunicação formal e comunicação informal. A “comunicação formal” é aquela que ocorre dentro da cadeia de comando. Quanto àquela que ocorre à margem da cadeia de comando diz-se “comunicação informal”.

² Segundo Pedro (1999), criar um site na Internet e utilizá-lo para divulgar informação sobre os produtos, aceitar encomendas, receber e trocar correspondência por *e-mail*, é como tornar as paredes da empresa transparentes e alargar os seus limites até à casa dos clientes.

Mas será que as organizações se encontram predispostas para a realização destas etapas?

De uma maneira geral as organizações têm pautado as suas acções comunicacionais utilizando-se do modelo tradicional de características informacionais, de transferência de informações. Tal opção de certa forma evidencia o desconhecimento do poder da comunicação como ferramenta estratégica (Scroferneker, 2003).

A comunicação na estrutura organizativa do desporto escolar na RAM privilegia os vértices com mais responsabilidades, estabelecendo assim uma ponte GCDE – coordenador do desporto escolar.

Para Pedro (1999), uma vez que os indivíduos ficam mais qualificados individualmente, quando usam convenientemente os meios de comunicação, espera-se naturalmente igual efeito nas organizações onde estes indivíduos actuam.

É absolutamente indispensável saber usar os desenvolvimentos da ciência e da tecnologia nas organizações para conseguir obter e manter as vantagens competitivas. Só assim uma organização poderá sobressair no seu tempo (Pedro, 1999).

2.6 Os professores de educação física como protagonistas da qualidade da organização

Se ao nível da estrutura escola os professores assumem um papel principal da organização, relativamente ao desporto escolar os profissionais de Educação Física apresentam-se também como protagonistas. Mas a sua qualidade enquanto valor decisivo da organização nem sempre foi clara, uma vez que os professores sempre tiveram outras preocupações, pois como refere Pires (2002, p.3):

“O que se verificou, ao longo dos anos, foi uma luta surda entre uma Educação Física à procura dum estatuto científico e burocrático, com reconhecimento social, por um lado, e, por outro, uma dinâmica eminentemente desportiva a ultrapassar tudo e todos em termos de conquista da notoriedade e credibilidade social”.

Com efeito, o conceito de qualidade que é objecto de preocupação actual das organizações, refere-se, não apenas ao produto propriamente dito mas, fundamentalmente, aos serviços proporcionados e à qualidade das pessoas que são responsáveis por esses serviços (Soares, 1996).

Segundo José Brás (1994) citado por Pires (2002, p.IV):

“A educação física não é vista como uma necessidade social que exija um contingente especializado.”

“A realização profissional não passa pela Educação Física Escolar. A Educação Física é para se cumprir um horário e ser sentida e vivida de forma passageira. Tida como tarefa menor, cada um procura realizar-se na sua ‘especialidade’.”

É necessário arranjar soluções!

Segundo Pires (2002, p.IV):

“É que a solução está no desporto. Está na especialização desportiva da Educação Física, de acordo com as circunstâncias em que a mesma deve ser aplicada. É que a especialização está dentro de nós. Dos professores, dos alunos, da própria vida. Não podemos fugir dela.”

Assim, devemos falar de especialização do Desporto e em Educação Física especializada, diversificando e especializando os currículos das formações iniciais (realizadas nas entidades formadoras de ensino superior), tornando-os ao mesmo tempo abrangentes para que os profissionais que daí resultem, estejam mais capacitados para responder a uma sociedade em constante mudança. Daqui também emerge a consciência de que a formação deve existir ao longo da vida profissional de cada um. Apenas depois dos profissionais de Educação Física cumprirem estes requisitos, podem ambicionar ser os protagonistas da qualidade da organização, pois serão eles os mais fortes candidatos a “saber como” melhorar a qualidade desta área específica, que sem dúvida se encontra numa profunda crise de identidade e de credibilidade social, limitando-se a repetir o passado ficando reduzida a uma disciplina curricular em profunda crise, desagregada pelo estigma da luta política pelo reconhecimento, e da social pela distinção.

Aspectos que segundo Pires (2002), citando um relatório que em 1999 divulgou a situação mundial da Educação Física, conduzido por K. Hardman e J. Marshall, caracterizam a Educação Física actual: Dificuldades de implementação; Diminuição de horários; Matérias mal definidas; Problemas financeiros; Inexistência de equipamentos; Recursos humanos deficientes e Cepticismo acerca do futuro.

A justificação segundo o mesmo autor citando Manuel Constantino (1995) é que, na Educação Física e Desporto o reconhecimento social dos respectivos profissionais foi sempre obtido fora do espaço da escola, ‘se foi obtido fora da escola como é que querem que o trabalho, enquanto professores de Educação Física, tenha algum reconhecimento e prestígio’?

Se a nível curricular o cenário (da Educação Física) parece estar complicado, como será a nível extracurricular com o desporto escolar?

Observando o Estatuto da Carreira docente na RAM, parece-nos importante referir que a única alusão à avaliação de desempenho dos professores que intervêm no desporto escolar é a expressa no Capítulo VII – Carreira docente, Subcapítulo I – Princípios gerais, Artigo 34.º - Conteúdo funcional, no ponto 3, onde se pode ler, que são funções do pessoal docente:

“(…)

e) Promover, organizar e participar em todas as actividades complementares, curriculares e extracurriculares, incluídas no plano de escola ou projecto educativo da escola, dentro e fora do recinto escolar”.

Como podemos verificar na alínea anterior do referido estatuto, não é definido de forma clara a avaliação de desempenho dos professores como intervenientes da organização do desporto escolar, aqui definida como actividade extracurricular. Assim, não sendo em termos estatutários a qualidade do desempenho dos professores objectivo de cuidada análise, poder-se-á apontar como um handicap deste diploma, o que poderá influenciar a forma de trabalhar dos profissionais desta área e consequentemente limitar a qualidade da organização.

Por outro lado, o Programa do desporto escolar (2006/2007) atribui competências que visam garantir a qualidade do serviço no sector, como se pode ler no ponto 14 – Acompanhamento, Avaliação e Controlo:

“São responsáveis pelo acompanhamento, avaliação e controlo das actividades do Desporto Escolar:

1. Os Órgãos de Direcção e Gestão dos Estabelecimentos de Educação e Ensino, coadjuvados pelo Coordenador do Desporto Escolar;

2. A Direcção Regional de Educação (DRE);

3. O Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (G.C.D.E.).”

Neste momento uma questão se levanta. Será que os professores aumentam a qualidade do seu serviço e simultaneamente do desporto escolar, através deste modelo organizacional?

É por esta razão que pretendemos conhecer a satisfação dos professores que trabalham no desporto escolar das escolas da RAM³.

³ Importa ainda referir, que estamos conscientes de que todas as reflexões em cima realizadas, embora partam do princípio que os responsáveis pelos cargos do DE na RAM sejam professores de Educação

2.7 O treino e a competição

2.7.1 Introdução ao conceito de treino e competição de jovens

É também objectivo deste trabalho, conhecer a satisfação dos professores do desporto escolar da RAM relativamente ao número de treinos e competições realizados. Nesta perspectiva é importante abordar o treino e a competição, relativamente à quantidade e qualidade, nunca esquecendo as características do público-alvo.

Segundo Sobral (1999, p.61):

“Em primeiro lugar, interessa saber como se caracterizam as crianças no início da sua actividade desportiva. E este início raramente é resultado exclusivo da vontade individual. Há todo um conjunto de forças similares, culturais e acidentais, que levam a criança a participar nessa actividade. Assim, devemos saber quais são os seus interesses, mas também, a que influências as crianças e jovens estão expostas: influências de natureza biológica, psicológica, social e cultural.”

Parece-nos também importante referir que a actividade desportiva extracurricular realizada na escola tem um enquadramento muito próprio, uma vez que terá de respeitar a componente curricular dos alunos.

Pensar a forma e condições de organização do treino das crianças e adolescentes remete-nos, pois, para a necessidade de equacionar o tempo de treino disponível no quadro de exigências de tempo igualmente importantes para as actividades escolares (Marques, 1999).

É necessário arranjar um equilíbrio entre escola e clube (do desporto escolar neste caso), de forma a se encontrarem sinergias para que se consiga a valorização dos praticantes.

Segundo Adelino, J., Vieira, J. e Coelho, O. (2005, p.40):

“Ao analisar a duração da época desportiva dos jovens, torna-se obrigatório incluir nessa apreciação a actividade escolar em que eles estão necessariamente envolvidos, referindo-se que, nestas idades, o calendário e os momentos de maior intensidade dessa sua participação escolar não podem deixar de ser elementos condicionadores. Como princípio geral pode-se dizer que as soluções que vierem a ser encontradas na elaboração dos quadros competitivos desportivos, deverão procurar atender aos pontos altos das obrigações escolares dos jovens, evitando o aparecimento de interferências negativas recíprocas.”

Física, o respectivo Programa 2006/2007 prevê a possibilidade de integrar profissionais da escola de outras áreas, conforme referido no ponto 4.2 – Gestão.

É importante definir que tipo de treino deve ser realizado na formação desportiva e ainda que tipo de competições realizar.

Segundo Marques (1999, pp. 26-27):

“No desporto de alto rendimento a competição é o quadro de referência para a organização do treino; no desporto de crianças e pubescentes a competição deve constituir uma extensão e complemento do treino.

O sistema de competições nos jovens orientou-se sempre demasiado unilateralmente para as prestações específicas, sempre foi muito tradicional. Entre as propostas de treino e o sistema de competição nunca existiu uma adequada unidade.

Como consequência, criaram-se condições de especialização muito rápida, quando se pretendia que o treino e a formação contrariassem esta ideia, promovendo uma especialização sustentada, prenúncio de elevados rendimentos e de uma maior estabilidade e duração das carreiras desportivas de alto nível.”

Segundo Adelino et al (2005), impõe-se, por isso, uma maior especialização dos treinadores para assim se conseguir uma especialização menos precoce dos jovens praticantes.

É que, nestas idades, muito provavelmente, a melhoria da força, da resistência, etc. advém mais do facto dos jovens estarem a crescer do que da carga física que lhes é imposta pelo treino formal (Pereira, 1999).

Como se deve caracterizar a competição desportiva na fase da formação?

Épocas desportivas longas podem ser positivas, pois como refere Adelino et al (2005, pp.40-41):

“...a existência de uma época desportiva extensa não é, só por si, um factor negativo, pois à partida, isso permite a existência de um maior tempo de actividade que, se bem dirigido e orientado, numa proporção adequada de treino e competição, constitui sempre um factor favorável ao desenvolvimento dos jovens e da modalidade.

Mas também podem conter aspectos negativos, pois como refere o mesmo autor:

As épocas muito longas, para além dos aspectos de organização da vida social e escolar dos jovens, podem, no entanto, dificultar o aparecimento desses momentos, o que, nestas idades, surge com claros prejuízos para a formação dos jovens.

O facto da época desportiva de uma federação ser demasiado longa resulta, mutas vezes, da existência de quadros competitivos de apuramentos sucessivos, normalmente eliminatórios, envolvendo, por isso, percentagens pequenas dos praticantes existentes. Este cenário é que poderá ser mais negativo e transmite à análise deste ponto uma valência preocupante, sobretudo se não existirem alternativas de continuidade para aqueles que não estão envolvidos nas etapas mais avançadas das provas respectivas.”

A competição poderá significar várias coisas entre as quais um resultado, mas será esse o objectivo de uma prática que se deseja formativa?

Para Marques (1999), particularmente relevante deste ponto de vista, veio a manifestar-se a necessidade de alteração dos conteúdos da competição no estádio de treino de base. Com efeito, a um treino de espectro amplo, diversificado e orientado para o desenvolvimento dos fundamentos da prestação num desporto, não pode, em coerência, contrapor-se um sistema de competições de estrutura tradicional, baseado numa estrutura de conteúdos muito próxima da dos modelos mais evoluídos do desporto de rendimento.

A formação desportiva dos alunos deve ser geral e transversal elevando todas as suas capacidades físicas e não baseada na especificação.

Servirá portanto à escola, ao desporto e à criança um modelo de organização de actividades competitivas baseado na prática de vários desportos, o qual se orientará como é recomendável para o desenvolvimento de uma dotação motora e desportiva geral (Marques, 1999).

Portanto, trata-se de explorar as possibilidades de desenvolvimento de competições multilaterais no desporto dos mais jovens, com o objectivo de desenvolver as exigências do treino e os conteúdos de competição de forma coerente.

Nesta fase, o treinador ou professor deve concentrar-se nas estratégias a utilizar durante as actividades propostas, para desta forma conseguir o máximo de motivação e empenho por parte dos jovens.

Segundo Serpa (1999, p.33):

“Se atentarmos nas características dos treinadores na fase de iniciação a partir da investigação de Bloom (citada por Salmela, 1993) que incidiu retrospectivamente sobre atletas que atingiram elevados níveis de prestação, encontramos exactamente estas características: são carinhosos, alegres, paternais, centrados no processo e não no produto, o que significa que não atribuem ao resultado desportivo o objectivo essencial. Não é o ganhar que lhes interessa, mas sim todo o processo de descoberta e aperfeiçoamento que ajudam a desenvolver nos jovens atletas.”

O treinador ou professor nunca se deve esquecer que cada aluno é um caso diferente dos demais. Segundo Sobral (1999), os factores biossociais devem ser entendidos pelos treinadores e professores, no quotidiano da sua actividade. Quando uma criança ou jovem, em torno da sua puberdade, se dirige ao local de prática desportiva, ele carrega consigo um potencial que é resultante do seu estado de

desenvolvimento e da sua evolução ontogenética, mas leva também um conjunto de outras características que relatam e identificam as suas condições de vida, do ponto de vista sócio económico, do ponto de vista cultural, do ponto de vista da atitude dos pais e da família. No entanto, estes factores nem sempre são fáceis de compreender. Segundo Lee (1999), o treinador vai ser obrigado a ter muito claro aquilo que está a tentar alcançar, construindo um conjunto de valores pessoais que colocam o bem estar dos outros acima dos seus próprios interesses, o que, no desporto, não é tarefa muito fácil, uma vez que se trata de uma actividade centrada no interesse dos intervenientes. Portanto, treinar jovens poderá ser efectivamente um risco. E tanto maior será o risco quanto mais impreparado o treinador estiver (Pereira, 1999).

O treino e a competição ao nível da formação devem acompanhar sempre o processo evolutivo dos praticantes.

Segundo Marques (1999, pp.27-28):

“Ora, se se percebe a necessidade de não acelerar o quadro da especialização, perceber-se-á igualmente que o grau de especialização do sistema de competições terá de ser feito em estreita compatibilidade com o grau de especialização do treino.

Teremos então a apoiar a formação dos mais jovens, consoante os seus níveis de preparação: 1) competições multilaterais e/ou múltiplas para um quadro de treino predominantemente multilateral e de solicitações motoras e desportivas diferenciadas; 2) competições de estrutura especializada adaptada, aproximando-se do modelo tradicional, para um quadro de treino progressivamente especializado; e 3) competições altamente especializadas para um quadro de treino altamente especializado.”

Para Lee (1999), a competição é sempre um assunto quente. A discussão de quando começar e até onde se deve ir vai durar eternamente. Ouvimos dizer, muitas vezes, que não se deve pressionar os jovens com quadros competitivos desde muito cedo, mas continuamos a verificar que as competições começam em idades cada vez mais baixas. É o caso do mini-rugby de Inglaterra, que leva ao aumento do abandono e à falta de gosto pela prática quando os jovens se tornam mais velhos. Portanto, esforcem-se por seguir os seguintes conselhos:

- não iniciem as competições até que os jovens estejam emocionalmente preparados para tal. Lembrem-se que para além das suas capacidades, devemos pensar no facto de eles irem ter de lidar com a derrota;
- permitam que cada jovem possa competir num nível adequado à sua capacidade e que isso proporcione um desafio realista;
- permitam que todos experimentem a competição;

- não deixem que os resultados possam ser o critério da avaliação do rendimento, porque seguramente vai haver situações de derrota e não há nenhum mal nisso;

- não deixem as crianças pensar que o seu valor depende da vitória.

Outra ideia a reter é a de que os jovens requerem ocupação. Assim e segundo Gonçalves (1999), após um estudo realizado no ano lectivo 1995/96 uma das reflexões finais foi:

“A merecer de igual modo de reflexão, porque indicia um eventual objectivo dominante para a sua participação na prática desportiva, cerca de 80% dos praticantes dos desportos colectivos entrevistados, declararam que preferiam pertencer a uma equipa ou um grupo onde tivessem oportunidades frequentes de jogar/competir, do que pertencerem a uma equipa campeã, mas onde raramente tivessem oportunidade de jogar...”

Após todas estas reflexões, uma pergunta surge naturalmente. Porque razão a formação desportiva dos jovens, nem sempre é produzida como os diversos autores aqui citados defendem?

Porque o desenvolvimento desportivo, quer no sistema educativo quer no sistema desportivo, continua a ser um processo de recrutamento de crianças e jovens, orientado por critérios de especialização precoce e de permanente selectividade que se regem por objectivos de exaltada competição, em que o mais importante é ganhar, obter a vitória, conquistar campeonatos e não promover uma formação desportiva sólida (Lima, 1999).

Por último e em jeito de síntese, o Quadro 1 refere as principais características da competição e treinos para jovens segundo os autores consultados.

Quadro 1 – Síntese das características do treino e competição de jovens segundo alguns autores

Autores	Características do treino e competição de jovens
Lee (1999)	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciar as competições apenas quando os jovens estiverem emocionalmente preparados para tal. - Permitir que cada jovem possa competir num nível adequado à sua capacidade. - Permitir que todos os jovens experimentem a competição. - Não deixar que os resultados das competições possam ser o critério da avaliação do rendimento. - Não deixar as crianças pensar que o seu valor depende da vitória.
Marques (1999)	<ul style="list-style-type: none"> - Treino não especializado. - Treino de espectro amplo, diversificado e orientado para o desenvolvimento dos fundamentos da prestação num desporto. - A competição deve constituir uma extensão e complemento do treino existindo uma adequada unidade. - O modelo de organização das actividades competitivas baseado na prática de vários desportos, orientado para uma dotação motora e desportiva geral. - O sistema de competições não pode ter uma estrutura tradicional, baseada nos modelos mais evoluídos do desporto de rendimento. - A formação dos mais jovens consoante os seus níveis de preparação: <ul style="list-style-type: none"> . competição multilateral e/ou múltiplas para um quadro de treino multilateral e de solicitações motoras e desportivas diferenciadas; . competições de estrutura especializada adaptada, para um quadro de treino progressivamente especializado; . competições altamente especializadas para um quadro de treino altamente especializado.
Adelino, Vieira e Coelho (2005)	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro competitivo (escolares) que deverão atender às obrigações escolares dos mais jovens, evitando interferências negativas recíprocas. - Épocas desportivas longas: <ul style="list-style-type: none"> (vantagens) . factor favorável ao desenvolvimento dos jovens e da modalidade. (desvantagens) . pode dificultar a organização da vida social e escolar dos jovens; . quadros competitivos com apuramentos sucessivos, normalmente eliminatórios, envolvendo pequenas percentagens de praticantes.

2.7.2 O treino no desporto escolar da Região Autónoma da Madeira

Os treinos ao nível do grupo/equipa do desporto escolar da RAM, que servem de preparação para a participação nas actividades externas, resultam dos créditos atribuídos pelo GCDE à escola, como se pode confirmar no Ponto 11 do respectivo Programa – Créditos Horários Específicos do Desporto Escolar, onde é definido que anualmente

será atribuído a cada Escola créditos horários para as actividades do desporto escolar, tendo por base o projecto e trabalho desenvolvido no ano lectivo anterior. Assim, desta bolsa de créditos serão posteriormente atribuídos a cada professor responsável pelo grupo/equipa os créditos necessários para desenvolver as respectivas actividades (treinos), que conforme se pode ler no Ponto 5.2.1, do Programa do desporto escolar - Redução Horária, o professor responsável pelo grupo/equipa (núcleo) terá uma redução da componente lectiva até 2 blocos semanais (2x90 minutos), marcadas no horário. Em casos devidamente fundamentados, apresentados à DRE e ouvido o GCDE, poderá ser autorizado o alargamento da redução da componente lectiva (ex: se o núcleo tiver muitos alunos inscritos). O docente responsável pelo núcleo, deverá definir o horário da sua actividade semanal que deverá ter em conta a disponibilidade dos alunos e das instalações.

Em relação às características ou princípios que os treinos devem apresentar para assegurar qualidade, o professor como responsável máximo das actividades, deve fazer uma prática enquadrada, por princípios pedagógicos, por valores morais, mais do que referenciada aos resultados.

Por outro lado, o treino nas idades abrangidas pelo desporto escolar, deve dirigir-se a um alargamento do repertório técnico e desenvolvimento das capacidades condicionais, progredindo das habilidades motoras básicas para as habilidades específicas.

O treino contribui ainda para o processo de socialização desenvolvendo valores e atitudes que favorecem a coesão social tais como: solidariedade, espírito de grupo, sentido de justiça, tolerância e paciência.

De acordo com Bompa (1995), a Metodologia de treino aconselhada para a formação básica será de uma progressão importante e sistemática da carga de treino – primeiro o volume e depois a intensidade.

Importa também destacar as lacunas relativas à preparação desportiva de crianças e jovens, referindo que os modelos de treino são decalcados dos modelos dos adultos, a organização baseada na idade cronológica domina sobre a idade biológica e a valorização dos resultados da competição em detrimento dos resultados da preparação, o que poderá proporcionar a desintegração social, drop-out, lesões e alterações da saúde e bem-estar. A tentação da “detecção de talentos” rápida deve ser cuidadosamente

evitada, uma vez que os processos de crescimento ditados pela puberdade poderão levar a que um jovem atleta promissor tenha desempenhos cada vez mais medíocres, podendo-se verificar também o inverso, ou seja, um jovem aconselhado a abandonar a prática de um determinado desporto e que, anos mais tarde, surge como um atleta de sucesso na mesma modalidade.

Por último a regularidade dos treinos do desporto escolar na RAM, deverá ter em conta os mesmos princípios fisiológicos adoptados para a disciplina de Educação Física, ou seja, os dois blocos (2x90 minutos) atribuídos a cada grupo/equipa não deverão ser realizados no mesmo dia, nem em dias consecutivos.

2.7.3 A organização dos quadros competitivos escolares da Região Autónoma da Madeira

Mas porquê e para quê competir?

Na verdade as crianças e os jovens gostam de competir, uma vez que lhes proporcionam experiências agradáveis que reforçam o gosto pela prática desportiva, produzindo também oportunidades para demonstrar e avaliar as aprendizagens e capacidades, possibilitando ainda a tomada de consciência das insuficiências e debilidades.

Importa referir a forma de organização e respectivos níveis participação dos alunos no desporto escolar. Assim, as actividades em que os alunos podem participar desenvolvem-se em dois níveis diferentes, actividades internas e externas, isto é, as actividades de convívio/competição interna e inter-escolas, cobrindo as diversas áreas consideradas no Programa de Educação Física, incluindo actividades pontuais e/ou em convívios de demonstração ou competição.

Segundo o Programa do desporto escolar da RAM (2006/2007, p.8-9):

As actividades internas:

“Desenvolvem-se através de um quadro de actividades regulares e sistemáticas processadas de acordo com o horário semanal e especificadas num plano e programa anual de trabalho, que deverá ser integrado no Plano de Actividades da Escola.

Essas práticas podem assumir diferentes tipos de organização em função das suas características, tais como: núcleos, campeonatos inter-turmas, dias ou semanas de modalidade, actividades de aventura e exploração da natureza, colóquios, formação de árbitros, monitores, etc.

Para além destas, poderão ainda ser efectuadas intercâmbios desportivos com outras escolas, a nível local/concelhio ou de proximidade geográfica. Esta forma de organização deverá mesmo ser reforçada fundamentalmente entre as escolas cujas equipas não sejam apuradas para as fases finais das competições regulares”.

As actividades externas:

“A planificação, coordenação e organização destas actividades (quadros competitivos, convívios, acções de formação) é da responsabilidade do GCDE, estrutura integrada na DRE-SRE, nalguns casos, em articulação com instituições do sistema desportivo ou privadas.

Em termos operacionais, a organização das referidas actividades é da competência dos estabelecimentos de ensino, das equipas/grupos participantes e daqueles onde se realiza a actividade, sob supervisão do GCDE”.

As actividades externas poderão classificar-se em Regulares (campeonatos escolares, estágios e concentrações) e Pontuais das quais o maior exemplo será a Festa do desporto escolar.

“Regulares:

- Campeonatos Escolares em Andebol, Basquetebol, Futsal, Voleibol, T. Mesa (competição por equipas), estágios e competições em ginástica, atletismo, judo, natação, Badminton e canoagem;

- Concentrações de infantis (Andebol, Basquetebol, Futsal e Voleibol);

- Concentrações de Juniores (Andebol, Basquetebol, Futsal e Voleibol);

- Concentrações de T. Mesa (competição individual em infantis, iniciados e juvenis).

- Os escalões participantes nos Campeonatos Escolares são os de infantis (apenas em Basquetebol, Futsal e Ténis de Mesa), iniciados e Juvenis.

- No escalão de juvenis, poderão as equipas vencedoras participar nas respectivas fases finais dos Campeonatos Nacionais Escolares, de acordo com o artº. 42º, alíneas a), b) e c) do Regulamento Geral de Provas.

Pontuais: Festa do Desporto Escolar; Esgrima, Patinagem, Orientação, BTT, Voleibol ao Ar Livre e Descobrir a Madeira, etc.”

Relativamente aos Quadros Competitivos, estes poderão desenvolver-se em 4 fases, ou seja, fase escola (é uma das formas que poderá ser utilizada como apuramento para a fase regional, sendo da responsabilidade do respectivo estabelecimento de ensino), regional (poderá ser desenvolvida de diversas formas e é da competência do GCDE), nacional e internacional.

Nesta sequência surgem os Grupos/Equipas, que são as unidades operacionais das actividades do desporto escolar e que segundo o mesmo Programa, organizam-se por modalidades/actividades desportivas/sexo e podem abranger mais do que um escalão etário. O número de alunos de cada grupo/equipa nas modalidades colectivas

será constituído por 15 alunos no mínimo e de 10 alunos nas modalidades individuais. Estes grupos/equipas devem ser orientados por professores de Educação Física da escola.

Também importa referir que são praticantes desportivos escolares, isto é, quem pode participar oficialmente nas actividades do desporto escolar, segundo o Art.1º do Regulamento Geral de Provas – 2006/2007 (RGP), todo o aluno que frequente um estabelecimento de ensino oficial, particular ou profissional do sistema educativo, nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário e que esteja devidamente inscrito através do estabelecimento de ensino em que se encontra matriculado, no Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, excepto o aluno que seja excluído da escola por qualquer motivo, a partir da data da sua exclusão.

Relativamente à organização de provas e participação, segundo o Art.7º do mesmo RGP, é definido que a organização de provas / eventos desportivos que constam do calendário competitivo escolar, de âmbito regional e zonal são da responsabilidade do GCDE, enquanto as de âmbito local/escolar são da responsabilidade da respectiva escola.

O sistema de competição dos Campeonatos Regionais Escolares desenvolve-se, de acordo com o Art.34º do mesmo regulamento, em sistema de Poule a uma ou duas voltas, podendo existir jornadas duplas, enquanto as outras competições serão em regime de concentração e a sua forma de organização dependerá do número de equipas inscritas e de outros factores a ter em conta pela organização. O mesmo ponto refere ainda que, todos os recintos desportivos utilizados nas competições do desporto escolar são considerados campos neutros. É ainda de referir que o sistema competitivo poderá desenrolar-se também por eliminatórias.

Relativamente à participação nas competições nacionais, o art.41º refere que, a fase de Iniciados será realizada na RAM. Em Juvenis, a Região Autónoma da Madeira poderá participar nas Fases Finais Nacionais.

2.8 A arbitragem no desporto escolar da Região Autónoma da Madeira

Esta actividade poderá ser desenvolvida em articulação com o sistema desportivo, nomeadamente o federado, através das associações de modalidades.

Assim, é necessário motivar os alunos proporcionando-lhes a experimentação, para que desta forma possam aumentar o seu gosto ou respeitar cada vez mais aqueles que verdadeiramente se interessam pela arbitragem. Estes simultaneamente devem estar preparados para tudo. Segundo Silvério (2005), ser árbitro implica estar sempre sujeito a uma avaliação formal do desempenho com consequências não despidas na sua progressão na carreira, mas também a avaliações informais realizadas muitas vezes por quem não tem competência para o fazer.

A escola por ser a única instituição que é frequentada por todos os jovens, deverá ser o espaço privilegiado para o recrutamento de árbitros!

Também a nível do recrutamento será necessário intervir, pois em muitas modalidades luta-se com a falta de árbitros, quer porque existem dificuldades no seu recrutamento quer porque muitos desistem nos primeiros tempos de actividade, não aguentando a pressão, as exigências e as dificuldades associadas à função de árbitro. Refira-se, que por exemplo, que se estima que, no futebol, mais de 60% dos jovens árbitros estagiários desistem nos primeiros seis meses de actividade (Silvério, 2005).

Ainda segundo o mesmo autor, uma correcta formação dos árbitros que inclua entre as suas matérias o treino mental, aliada à prática sistemática deste, pode contribuir não só para que os árbitros não desistam precocemente mas também para que enfrentem com mais eficácia e autoconfiança os desafios que a prática lhes coloca.

A arbitragem sendo uma das partes fundamentais de uma competição desportiva, gera quase sempre controvérsia e é normalmente vista como o elo mais fraco da mesma. A título de exemplo refira-se que, das várias centenas de comunicações apresentadas em 2004 no Congresso da Sociedade Norte-Americana de Psicologia do Desporto e da Actividade Física, nem uma única foi sobre árbitros (Silvério, 2005).

No desporto escolar da RAM a arbitragem é uma actividade regular ou sistemática praticada por alunos, que pode ser iniciada através da actividade interna da escola, sendo desenvolvida durante a actividade externa. Esta será promovida pelo coordenador do desporto escolar e de actividade interna, ou pelo professor responsável pelo grupo/equipa.

A formação de árbitros desenvolve-se normalmente em três fases:

- nível escola, que tem como objectivo assegurar árbitros para as actividades internas da escola e seleccioná-los respectivamente para as fases seguintes;

- nível regional, que pretende formar novos árbitros e actualizar os que já têm experiência e formação;

- nível regional, que aprofunda os conhecimentos, em que a primeira fase é da responsabilidade da escola e as duas fases seguintes são da responsabilidade do GCDE.

É de destacar o Art.22º do RGP ao referir que é obrigatório que por cada equipa inscrita, a inscrição de uma equipa de arbitragem da respectiva escola, que será nomeada pela organização para dirigir ou dar apoio à direcção dos jogos. Este artigo é complementado pelo Art.26º do mesmo regulamento onde se refere que, a nomeação da arbitragem para cada prova/jogo é da responsabilidade da organização, devendo efectuar-se com pelo menos 72 horas de antecedência do dia e da hora da prova/jogo e deverá contar com a colaboração da escola do árbitro nomeado, ao nível da sua divulgação.

É de referir que segundo o Art.47º do RGP, a RAM estará representada nas Fases Finais Nacionais com dois árbitros por modalidade. Os critérios de selecção são da responsabilidade dos coordenadores de modalidade.

Para finalizar, importa reflectir sobre este tema, uma vez que a arbitragem, actualmente, não é mais que o reflexo do investimento nela realizado. Talvez a sua melhoria aconteça, quando se estabelecer uma simbiose na relação desporto escolar – Federações, começando na escola a possibilidade de os alunos vivenciarem a experiência de ser árbitro e posteriormente, com o apoio das associações de modalidade ou outros, articular para que os mais aptos possam dar continuidade e desenvolver esta prática.

2.9 Desporto escolar e desporto federado

A relação entre o desporto escolar e o desporto federado é meritória de algumas reflexões mais aprofundadas, pela sua pertinência numa perspectiva de possível complementação.

O desporto escolar tem-se debatido ao longo dos anos em duas posições extremas: se por um lado os seus defensores o encaram como uma acção de carácter educativo, os seus detractores afirmam que o desporto tem um carácter elitista, fazendo

parte do «mundo do espectáculo», e como tal deve ser irradiado da educação (Dias, André, Assunção, Arede, Lourenço, Victorino, 1986).

Mas será que o investimento numa estrutura, por onde passa quase a totalidade da população, não será tão ou mais vantajoso que o empurrar essa mesma população para o desporto de bancada?

Segundo Dias, André, Assunção, Arede, Lourenço, Victorino (1986, pag. 42)

“Para uma verdadeira e actuante modificação do Desporto Escolar deverá respeitar-se uma nova concepção de Desporto, segundo os vários níveis de participação desportiva (animação, iniciação, orientação, pré-especialização e especialização). Com este novo processo, evita-se a duplicação de esforços humanos e materiais, pois um mesmo atleta não poderá beneficiar de duas ou mais estruturas simultaneamente, retirando o lugar a outros participantes”.

“Dado que as primeiras áreas de desenvolvimento desportivo (animação e iniciação) contemplam os escalões a nível escolar, seria a esta estrutura que caberia a responsabilidade de organizar, em consonância com outras, a sua participação, dando-se à escola o privilégio, a que tem direito, de fomentar a prática desportiva nesses escalões facultando-lhe para tal, condições idênticas às que se têm dado aos Clubes”.

Para além do que já foi referido, é importante sublinhar o carácter pedagógico que a iniciação de qualquer prática desportiva deve incluir e que é sublinhado através das citações que se seguem, retiradas de um estudo comparativo realizado em 2005, relativo à caracterização da prática desportiva juvenil federada, publicado pelo Instituto de Desporto de Portugal.

Assim segundo Adelino, Vieira e Coelho (2004, pag.27)

“Quanto mais baixas são as idades a que a prática desportiva se destina, mais cuidada deverá ser a intervenção das Federações, no sentido de rodear essa actividade das preocupações formativas e de conteúdos próprios dessas etapas, o que conduz a uma maior proximidade entre os clubes e as escolas, ao nível das preocupações que acompanham as suas actividades, da orientação que lhes é transmitida e dos objectivos perseguidos”.

“Quando uma Federação Desportiva integra nas suas actividades crianças e jovens, pode-se correr o risco de, por estarem perante especialistas de uma modalidade, existir um estreitamento do leque de propostas de actividade contidas no respectivo processo de preparação, provocando uma intervenção algo parcial, que, mais tarde, poderá vir a verificar-se ser insuficiente”.

“O instrumento essencial capaz de ultrapassar esta contradição reside, sem dúvida, na formação dos que intervêm nesta área, em particular os respectivos treinadores”.

O clube desportivo escolar não é, não pode ser, e há que estar determinado a que o não seja, o decalque de referência clubística que os jovens retiram da vida desportiva nacional, ou seja, a prática do desporto na escola tem de ser parte obrigatória de um

plano de desenvolvimento global ao serviço dos jovens antes de pretender dar resposta a qualquer plano de desenvolvimento desportivo (Constantino, 1988, citado por Baptista, 2003).

Após a leitura destas ideias e enquanto a tutela não definir claramente qual o modelo de formação desportiva, ou a que sistema (educativo ou desportivo) pertencerá a formação, esta continuará a ser uma das áreas mais delicadas da relação desporto escolar/Desporto Federado.

Ao nível da RAM e segundo a Convenção do Desporto Madeirense⁴, que teve a intervenção de diversos participantes, foram retiradas conclusões de que destacamos as mais relevantes:

- O Sector Escolar deverá assumir a responsabilidade na fase de iniciação/formação desportiva dos jovens e o Sector Federado na fase de especialização desportiva.

- Durante a fase de formação, os jovens deverão manter a prática desportiva no Sector Escolar, pelo que só deverão transitar para o Sector Federado na fase da especialização desportiva.

- A Escola oferece maiores vantagens técnico-pedagógicas para trabalhar na fase de iniciação/formação desportiva, em virtude de oferecer um maior número de técnicos qualificados para esta área de intervenção.

- Escola e Movimento Associativo Desportivo deverão trabalhar em cooperação, na iniciação/formação de árbitros e dirigentes no sector escolar e posterior transição para o sector federado.

- Reformulação da política de atribuição de subsídios ao desporto.

- Tendo em conta que o extenso currículo escolar dos alunos não permite muito tempo disponível para a prática desportiva, deverá existir maior cuidado na elaboração dos horários escolares, de forma a permitir: Melhor gestão e rentabilização das instalações desportivas; melhor organização e gestão do tempo disponível para a prática desportiva dos jovens; aumento do tempo de treino, de forma a proporcionar uma maior evolução das competências dos jovens; horários de treino mais adequados às idades dos jovens praticantes e aos seus currículos escolares; formação e acompanhamento dos

⁴ Realizada em Fevereiro de 2007, subordinada ao tema “Reflectir o Presente Ganhar o Futuro”, na Iniciativa 5 – “Actividades Conjuntas entre o Sector Federado e o Sector Escolar”

praticantes desportivos; formação de dirigentes e árbitros e sua integração nos dois sectores; formação e especialização dos técnicos nas diferentes modalidades.

2.10 A qualidade do serviço

O marketing das organizações tem-se cada vez mais debruçado sobre a qualidade dos serviços, uma vez que a satisfação das pessoas relaciona-se com a obtenção do serviço desejado, colocando assim a organização atenta à forma de desempenho esperada por essas pessoas.

Segundo Moura (2004, p.1):

“Qualidade nos serviços é a capacidade de satisfazer necessidades e resolver problemas. Por outras palavras, serviço com qualidade é aquele que tem a capacidade de proporcionar satisfação. Os clientes ficam satisfeitos ou não conforme as suas expectativas.

No processo de satisfação de necessidades entram experiências de consumo anteriores, opiniões de amigos e conhecidos, informações e promessas dos concorrentes e do prestador do serviço. Todos estes factores geram expectativas que quando atingidas têm como resultado a satisfação do cliente.”

A qualidade de serviço percebida é geralmente vista como um longo caminho a percorrer, uma avaliação geral do serviço e a satisfação do cliente como uma medida de transacção específica da experiência (Robinson, 2006).

Para Alves (2003, p.198):

“A qualidade é sobretudo do domínio técnico, determina-se em termos de normas e de processos. É parte integrante da política comercial.”

A noção de qualidade junta-se à da utilidade.

A operacionalização da qualidade depende da mesma problemática da satisfação:

1- A qualidade estabeleceu como que uma apreciação geral do bem ou do serviço;

2- A qualidade está em função dos diferentes atributos elementares do produto em questão.

A medida da qualidade apela a processos idênticos”.

De acordo com a ideia de que a oferta desportiva (proporcionada pelas organizações de desporto) deve ir ao encontro das necessidades das pessoas, a sua gestão deve possibilitar o aumento da qualidade, como forma de fidelizar e conquistar novos praticantes, cada vez mais informados das suas necessidades.

Segundo Lendrevie, Lévy, Lindon, Dionísio e Rodrigues (2004), a qualidade percebida pelos clientes é um factor chave de sucesso. Assim é fundamental obter respostas a questões do tipo:

Porque é que os consumidores consideram que uma marca tem ou não boa qualidade? Como se pode melhorar a imagem da qualidade? Quais os contributos mais importantes que influenciam a avaliação global dos consumidores?

As dimensões da qualidade percebida pelos consumidores diferem, quer se trate de produtos ou serviços. Assim, segundo os mesmos autores, os critérios de apreciação da qualidade dos produtos relacionam-se com as Performances, Características secundárias, Conformidade com as especificações, Fiabilidade, Duração, Serviços associados ao produto e Aparência, enquanto os critérios de apreciação da qualidade dos serviços relacionam-se com as Dimensões tangíveis do serviço, Fiabilidade, Competência, Implicação e Empatia.

Hoje em dia a qualidade do serviço deve ser entendida como o grau de satisfação das necessidades de uma pessoa, a longo prazo e em função dos atributos do serviço, sendo a sua percepção resultado das expectativas criadas sobre o serviço. As expectativas são formadas a partir de experiências anteriores, pelos processos de comunicação entre a organização e as pessoas e também através das suas necessidades pessoais.

Ainda segundo Robinson (2006), os clientes têm dois tipos de expectativas relativamente a serviços. Primeiro, os clientes têm expectativas do que deveria ser fornecido por um serviço e como essas expectativas moldam as percepções de qualidade de serviço. Segundo, estas expectativas são percebidas, tal como a satisfação com um serviço é mais determinada pela percepção do cliente da forma como o serviço foi ao encontro das suas expectativas, do que qualquer característica fornecida pelo serviço.

Segundo Lendrevie et al (2004, p: 565):

“A qualidade do serviço pode ser avaliada pela discrepância entre as expectativas dos consumidores e as suas percepções e consideram-se habitualmente quatro factores chave que influenciam as expectativas dos consumidores: passa-palavra, necessidades pessoais, experiência anterior e comunicação externa”.

Segundo Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985) citados posteriormente por Correia e Soares (2007), a gestão da qualidade dos serviços implica que a organização se preocupe com os gaps (hiatos ou lacunas), ou seja, a qualidade do serviço aumenta se os diversos gaps forem minimizados:

- Gap 1: diferença entre as expectativas do cliente e a percepção que os gestores têm das expectativas do cliente.

- Gap 2: diferença entre a percepção dos gestores relativamente às expectativas do cliente e as especificações da qualidade do serviço.

- Gap 3: diferença entre as especificações da qualidade do serviço e o serviço fornecido.

- Gap 4: diferença entre o serviço fornecido e o que é comunicado aos clientes sobre o serviço.

- Gap 5: diferença entre as expectativas sobre o serviço e a percepção que o cliente tem do serviço.

Importa também avaliar a percepção dos consumidores, isto é, a satisfação das necessidades e expectativas dos consumidores relativamente à qualidade de um serviço, esta avaliação deve ser constante de modo a saber se a prestação do mesmo está a ser bem recebida. Segundo Lendrevie et al (2004), existem diferentes métodos de avaliação, dos quais se destacam a nível externo: inquéritos que medem o grau de satisfação dos clientes, o cliente-mistério, o método dos incidentes críticos, a gestão das reclamações, o pedido de comentários e a nível interno: inquéritos realizados junto dos dirigentes e empregados para avaliar o grau de satisfação interna, nomeadamente, no que se refere às relações entre departamentos e funções da empresa, perante as solicitações dos clientes.

Para Robinson (2006), é discutivelmente mais importante estabelecer o que os clientes esperam em termos de qualidade antes de se focar na forma de os deixar satisfeitos, particularmente porque a satisfação parece ser experimental.

Como se percebe, os clientes avaliam a qualidade de um serviço comparando com aquilo que esperam do mesmo, assim as expectativas têm um papel muito importante, alternando o seu tipo de autor para autor.

Segundo Robinson (2006), o que influencia as expectativas dos clientes são:

- Experiências anteriores, isto é, a crença é que o serviço a ser recebido irá reflectir o experienciado anteriormente;

- Necessidades dos clientes;

- Boca a boca, ou seja, as comunicações boca a boca através da família, amigos, staff ou outras fontes credíveis permitem às pessoas formar expectativas de serviços que ainda vão ter que utilizar;

- Comunicações de mercado;

- Preço, onde as estratégias de custo e preço podem ser determinadas por políticos locais de modo a reflectir ideologias políticas;
- Imagem;
- Potenciais intervenções na formação de expectativas;
- Estratégias de melhoramento da qualidade, que reforçam os níveis realísticos de expectativas e agem como um mecanismo de garantia para os fornecedores;
- Segmentação através das expectativas, esta é normalmente realizada através do uso de variáveis demográficas, sócio-culturais e geográficas;
- Estratégias de educação para clientes;
- A imagem, a gestão cuidada de uma imagem apropriada parece permitir aos fornecedores influenciarem as expectativas.

Por outro lado Domingues (2004), sublinha a qualidade como produto negociado entre três agentes: o estado, os funcionários públicos e os consumidores dos serviços.

Os consumidores de serviços, podem ser vistos e tratados como utentes ou como clientes.

Segundo Domingues (2004, pp.2):

“Utente é aquele que usufrui de serviços na condição genérica de associado ou cidadão. “

Ficamos com a ideia após esta citação, que os serviços públicos baseiam a sua qualidade em pressupostos definidos *a priori*, ou seja, a organização propõe ou define o produto e o consumidor/utente não o consegue de forma directa influenciar. A garantia de sucesso deste tipo de organização, é a de que os consumidores não têm alternativas no mercado, sendo estas detentoras do monopólio.

Ainda segundo Domingues (2004, pp.4):

“Cliente é aquele que usufrui de bens ou serviços na condição genérica de comprador, no contexto de uma relação comercial assente na posse de poder económico ou aquisitivo.”

Os consumidores/clientes têm características diferentes dos utentes, pois o seu poder de compra permite-lhes negociar com as organizações, criando desde logo condições vantajosas. Estas por se envolverem em mercados de forte concorrência, colocam na forte especialização do seu produto e na flexibilidade negocial, as principais armas para aumentar a qualidade e a satisfação dos clientes.

A dicotomia entre utentes e clientes serve para nos situar e fazer reflectir. Assim, se a organização do desporto escolar protagonizada pelo GCDE (que é um serviço público) que detém o monopólio deste sector (uma vez que ao nível da educação não

existe outra entidade que promova o desporto), onde o serviço prestado é pré-definido e coloca os professores de Educação Física que trabalham no desporto escolar como co-responsáveis pela organização, que expectativas terão uma vez que são apenas funcionários de um produto que eles próprios ajudam a produzir? E como será observada a comunidade educativa, nomeadamente os alunos, uma vez que são estes os consumidores finais?

Creio ser consensual admitir que, de modo geral, os funcionários dos serviços públicos vêem os consumidores mais como utentes do que como clientes (Domingues, 2004).

Mas por que razão isto acontece?

Segundo o mesmo autor, esta ideia é devido a diversos factores: Exclusividade do conhecimento técnico das normas; Focalização nas regras; Pouca dependência do ambiente organizacional e Práticas autistas.

Porque se deve ainda mudar de utente para cliente?

Segundo Domingues (2004, pp.7-8):

“A melhoria da qualidade dos serviços públicos tornou-se imperativo social e estratégico. A relação do estado com os cidadãos nas sociedades ocidentais foi influenciada por perspectivas de gestão formalizadas no sector privado.

Esta profunda mudança social obriga a avaliar e melhorar o desempenho dos serviços públicos e a reformular as orientações normativas para a acção, dirigindo os processos e as práticas menos para as predisposições dos servidores e mais para a satisfação das necessidades dos consumidores.

As organizações que levam a qualidade a sério seguem um ciclo de gestão que, de forma simples, se poderia definir assim: cliente – produto – processo – avaliação. Todavia, nos serviços públicos, o ciclo é bem outro: processo – produto – avaliação – cliente. Ora, esta é a outra mudança a fazer – tornar o cliente fonte de especificações para o desenho dos processos administrativos.”

Se a qualidade dos serviços que são produzidos aumenta com base na satisfação das pessoas, ficando estas por sua vez mais satisfeitas, começa-se assim um ciclo de vantagens para as organizações.

Para Costa (2003), no caso da prestação de serviços de desporto, ao considerar que o centro da qualidade nas organizações são as pessoas, estamos a focalizar a nossa atenção no como. Para podermos prestar serviços de excelência, é fundamental conseguir que tanto a gestão, como o pessoal estejam convencidos da sua grande importância para se alcançar a plena satisfação do cliente e do próprio desenvolvimento interno da organização.

Os serviços de desporto estão no mercado e deverão jogar as regras de um jogo em que a competitividade é rainha, não só entre os serviços de desporto, mas essencialmente entre serviços de diferentes áreas, na conquista de um espaço na ocupação dos tempos livres das pessoas e na sua saúde (Costa, 2003).

Apesar de a maioria das organizações revelar dificuldades financeiras, a aposta nos recursos humanos, com o objectivo de melhorar as respectivas competências, pode representar uma mais-valia para a prestação de serviços de qualidade. As pessoas que contactam com o cliente devem ter uma preparação adequada, não só no domínio da sua especialidade técnica, mas também sobre atitudes e comportamentos a ter para com os clientes.

Segundo Moura (2004), nos serviços a produção e o consumo ocorrem em simultâneo, o que leva a preocupações acrescidas no momento de contacto com o cliente. No momento em que o cliente contacta com a organização consome um serviço que é o resultado de todo um trabalho de preparação. São estes “momentos da verdade” que vão influenciar a satisfação do cliente.

Para além de uma organização planear e desenvolver um produto com qualidade, este apenas será entendido pelo público-alvo se os funcionários que realizarem a “ponte” organização - consumidor, apresentarem características favoráveis no atendimento, proporcionando uma sensação de satisfação. Ao nível do desporto escolar da RAM, serão principalmente o GCDE e os professores a ter em conta estes valores, pois se os funcionários do gabinete são responsáveis pela comunicação com os professores, serão estes por sua vez responsáveis pela comunicação com os alunos, encarregados de educação, etc., ou seja, com toda a comunidade.

Por isso, uma definição da qualidade adequada aos serviços públicos deve considerar a satisfação das pessoas integradas no nível central e de direcção dos serviços, das pessoas responsáveis pela gestão e prestação local dos serviços, bem como as aspirações dos consumidores, que devem ser vistos cada vez mais como clientes (Domingues, 2004).

Ao nível da escola deve ser desenvolvido um modelo, que se preocupe com a satisfação dos intervenientes no desporto escolar, para desta forma fornecer um serviço de qualidade, não influenciando o processo ensino-aprendizagem dos alunos. Avaliar a qualidade do serviço do desporto escolar torna-se assim prioritário!

Neste estudo utilizou-se um método que avalia a percepção dos intervenientes (professores), a partir da identificação dos atributos que contribuem para a sua satisfação como profissionais do desporto escolar (qualidade do serviço prestado pelo GCDE, facilidade de participação, intervenientes, funcionamento das competições externas e informações). O objectivo é claramente ultrapassar o nível da qualidade actual do desporto escolar na RAM.

Tendo como referência Carvalho (1987), podem-se definir ainda como atributos centrais da qualidade do serviço do desporto escolar:

- Ser uma actividade realizada no tempo livre do aluno, em que este adere livremente e que é da responsabilidade da escola, local onde se realiza.

- É uma actividade em que não é permitido a realização de qualquer tipo de selecção, ou seja, discriminatório em relação aos alunos.

- Dada a sua importância educativa deve existir em todas as escolas, recebendo estas do estado os meios indispensáveis para a sua realização.

- Deve organizar-se por princípios formativos e apresentar diversidade no que respeita às actividades propostas, respeitando os vários interesses e capacidades.

- Não deve ser uma actividade com preocupações exclusivamente de vitória e vazia de carácter formativo.

- Deve possuir um carácter participativo dos alunos.

- Deverá transmitir um vincado carácter cultural, traduzido através de várias actividades que definem um processo de cultura física.

- Não deve ser uma estrutura isolada no interior da escola nem aceitar a integração em outras estruturas que não tenham preocupações formativas.

- É uma actividade desenvolvida pela escola, mas que apenas se torna válida se receber o apoio dos diferentes organismos existentes (Estado, autarquias, colectividades, etc).

- Estrutura que não necessita de existir apenas relacionada como a base do desporto federado e campo de recrutamento de desportistas para a alta competição.

- Factor fundamental do desenvolvimento desportivo do país, na medida em que é a única organização que na fase de formação dos jovens garante a democratização desportiva e os princípios educativos essenciais.

- Deve subordinar-se aos princípios orientadores da Educação física, principalmente no que respeita ao aperfeiçoamento e manutenção da condição física.
- Deve educar para o associativismo.
- Promove a autonomia individual através da responsabilização directa dos intervenientes.
- Desenvolve a formação cultural através da análise do significado do desporto, do estudo da sua história e da integração desta no fenómeno social global.
- Contribui para a renovação pedagógica da própria escola, através do sentido de abertura escola-comunidade e sentido inverso.
- Contribui para a reorganização interna da própria escola.
- Contribui para a uniformização de processos entre os diversos intervenientes no desporto escolar.

3 Metodologia

3.1 A amostra

Através da colaboração e do apoio do GCDE, foi conseguida a participação de 98% do universo dos professores de Educação Física, que desempenharam funções no desporto escolar da RAM, durante o ano lectivo 2006/2007, ao nível do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário. Pode-se assim dizer que a amostra deste estudo é bastante representativa, sendo possível extrapolar os resultados para o universo em causa, com uma margem de erro de 0,75% e sabendo que a percentagem de professores satisfeitos com o desporto escolar é de 72,5% (conforme Quadro em Anexo I).

Assim, e como se pode ver no Quadro 2, fizeram parte deste estudo 255 dos 260 professores do desporto escolar, cujas idades mais frequentes são as compreendidas entre os 26-30 anos (36,5%) e 31-35 anos (33,3%). Depois surgem os professores com idades entre os 36-40 anos, com o valor percentual de 15,3%, sendo também de referir os que têm entre 41-45 anos, uma vez que concentraram aproximadamente 10,0% do total da amostra. Os professores mais novos (idade igual ou inferior a 25), assim como os mais velhos da amostra (idade superior a 45 anos), registaram percentagens pouco expressivas, sendo de 2,0% e 3,6%, respectivamente.

Quadro 2 – Idades dos professores do desporto escolar

	Freq.	%
≤ 25 anos	5	2,0
26 a 30 anos	93	36,5
31 a 35 anos	85	33,3
36 a 40 anos	39	15,3
41 a 45 anos	24	9,4
46 a 50 anos	6	2,4
> 50 anos	3	1,2
Total	255	100,0

De acordo com os dados apresentados no Quadro 3, pode-se afirmar que 63,1% destes professores são do género masculino, enquanto 34,9% são do género feminino.

Quadro 3 – Género dos professores do desporto escolar

	Freq.	%
Masculino	161	63,1
Feminino	89	34,9
Ausência de Resposta	5	2,0
Total	255	100,0

Relativamente ao Ciclo que estes professores leccionam, observa-se no Quadro 4 que 32,5% indicou estar a leccionar o 3º Ciclo e, com valor próximo a este surgem os professores que estão a leccionar o 2º Ciclo. Por fim, temos o Secundário, referido por 24,7% do total da amostra. Apenas um professor indicou estar a leccionar o 1º Ciclo, enquanto 26 professores indicaram estar a leccionar anos de escolaridade de diferentes ciclos, o que corresponde ao valor percentual 10,2%.

Quadro 4 – Ciclo de escolaridade em que os professores do desporto escolar leccionam

	Freq.	%
1º Ciclo	1	0,4
2º Ciclo	80	31,4
3º Ciclo	83	32,5
Secundário	63	24,7
3º Ciclo e Secundário	15	5,9
2º,3º Ciclos e Secundário	2	0,8
2º e 3º Ciclos	7	2,7
1º,2º,3º Ciclos	1	0,4
1º e 2º Ciclos	1	0,4
Ausência de Resposta	2	0,8
Total	255	100,0

No Quadro 5 pode-se ver as escolas agrupadas de acordo com a sua zona geográfica.

Verifica-se que 40,8% dos professores inquiridos indicaram estar a leccionar em escolas da zona do Funchal, enquanto 32,9% indicou escolas da zona Oeste e por fim, os professores das escolas da zona Este, que concentraram 23,9% do total da amostra.

Quadro 5 – Zona geográfica em que os professores do desporto escolar leccionam

	Freq.	%
Funchal	104	40,8
Oeste	84	32,9
Este	61	23,9
Ausência de Resposta	6	2,4
Total	255	100,0

Para melhor interpretação destes dados, pode-se observar no Quadro 6 a distribuição dos professores inquiridos pelas escolas inseridas neste estudo.

Quadro 6 – Distribuição por escola dos professores do desporto escolar

	Freq.	%
A. A. Silva	11	4,3
Apresentação de Maria	2	0,8
Básica do Funchal	4	1,6
Bartolomeu Perestrelo	10	3,9
Calheta	11	4,3
Camacha	9	3,5
Campanário	6	2,4
Caniçal	5	2,0
Caniço	8	3,1
Carmo	9	3,5
Estreito	11	4,3
Francisco Franco	10	3,9
Fajã da Ovelha	3	1,2
Gonçalves Zarco	12	4,7
H. Bento Gouveia	6	2,4
Infante	3	1,2
Jaime Moniz	14	5,5
Louros	7	2,7
Machico	15	5,9
Porto da Cruz	3	1,2
Porto Moniz	3	1,2
Ponta do Sol	8	3,1
Ribeira Brava	11	4,3
Santo António	6	2,4
Santa Cruz	9	3,5
São Roque	7	2,7
São Vicente	8	3,1
Salesianos	7	2,7
Santana	4	1,6
Torre	14	5,5
Vila Mar	3	1,2
Porto Santo	8	3,1
Colégio St ^a . Teresinha	2	0,8
Ausência de Resposta	6	2,4
Total	255	100,0

O Anexo II apresenta a distribuição das Escolas por Zona Geográfica/Concelho.

No que concerne à situação profissional destes professores e como se pode observar no Quadro 7, verifica-se uma distribuição percentual nos dados, uma vez que

os valores são próximos entre si, independentemente da situação profissional. Mais precisamente, 34,9% destes professores são professores contratados, 32,9% são do quadro de zona pedagógica e por fim temos que 31,8% são professores do quadro de nomeação definitiva.

Quadro 7 – Situação profissional dos professores do desporto escolar

	Freq.	%
Professor do Quadro	81	31,8
Prof. do Quadro de Zona Pedagógica	84	32,9
Prof. Contratado	89	34,9
Outro	1	0,4
Total	255	100,0

Em relação aos anos de experiência que os professores inquiridos têm no desporto escolar, observando o Quadro 8 verifica-se que os professores que têm entre 1-3 anos de experiência, assim como os que têm 4-6 anos ou 7-9 anos, registaram percentagens próximas entre si, sendo de 24,3%, 26,3% e 21,6%, respectivamente. O mesmo sucede com os professores que têm menos de 1 ano de experiência no desporto escolar (8,6%) e os que têm entre 10-12 anos de experiência nesta área (8,2%).

Quadro 8 – Anos de experiência dos professores do desporto escolar

	Freq.	%
Menos de 1 ano	22	8,6
1 a 3 anos	62	24,3
4 a 6 anos	67	26,3
7 a 9 anos	55	21,6
10 a 12 anos	21	8,2
13 a 15 anos	9	3,5
Mais de 15 anos	17	6,7
Ausência de Resposta	2	0,8
Total	255	100,0

Como último dado de caracterização dos professores inquiridos, no Quadro 9, surge o cargo que desempenham no desporto escolar, sendo de referir que, maioritariamente, o cargo mais apontado foi o de Orientador de Grupo/Equipa, uma vez

que reuniu a percentagem expressiva de 73,3%. Seguidamente, temos dois grupos de professores que se aproximam entre si em termos percentuais, desempenhando dois cargos no desporto escolar: os que são Orientadores de Grupo/Equipa e Coordenadores de Actividade Interna (9,0%) e, os que são Coordenadores do desporto escolar e Orientadores de Grupo/Equipa (8,6%). Por fim, temos os que são apenas Coordenadores do desporto escolar (3,9%), assim como os que são apenas Coordenadores de Actividade Interna (3,1%).

Quadro 9 – Cargos desempenhados pelos professores do desporto escolar

	Freq.	%
Coordenador do desporto escolar	10	3,9
Orientador de Grupo/Equipa	187	73,3
Coordenador de Actividade Interna	8	3,1
Coordenador do desporto escolar e Orientador de Grupo/Equipa	22	8,6
Orientador de Grupo/Equipa e Coordenador de Actividade Interna	23	9,0
Ginástica Massiva	2	0,8
Coordenador de Actividade Interna e Ginástica Massiva	1	0,4
Orientador de Grupo/Equipa e Ginástica Massiva	1	0,4
Orientador de Grupo/Equipa e Clube Escola	1	0,4
Total	255	100,0

3.2 O questionário

O inquérito por questionário como instrumento de pesquisa procura, de forma rápida e económica, recolher um conjunto de discursos individuais (normalmente em grande número) sobre determinada temática (limitando-se a integrar questões directas e fechadas que não dão espaço aos inquiridos para elaborarem explicações ou justificações), tendo em vista a sua interpretação e a generalização, isto é, de uma colecção de discursos individuais é necessário construir um único discurso (Almeida, 2005).

Este questionário teve como base o utilizado pelo GCDE em Portugal continental, sendo posteriormente construído e validado para a RAM.

Assim, realizou-se no início um estudo preliminar para verificar a relevância, a clareza e compreensão das perguntas aplicadas aos inquiridos do Universo novo, fornecendo informação relevante para esta investigação.

É de salientar que este questionário durante a fase de validação (Anexo III) foi testado por cerca de 15 professores, que desempenharam funções no desporto escolar da RAM, durante o ano lectivo 2006/2007. Nesta fase procedeu-se à análise de feedback dos professores em causa, diferenciou-se os mesmos por ciclo de ensino e registou-se ainda o tempo de preenchimento, as dificuldades encontradas e as sugestões apresentadas, permitindo assim aproximar ao máximo este questionário dos objectivos do estudo.

Posteriormente procedeu-se à sua aplicação, sendo esta realizada no final do ano lectivo, sugerindo-se aos inquiridos que revelassem todas as suas opiniões em forma de conclusão geral. Os critérios que serviram de base à sua elaboração foram a regulamentação do desporto escolar na RAM e a qualidade do serviço do desporto escolar (tendo-se tido também em conta o trabalho realizado a nível nacional).

Como se pode constatar (Anexo IV), incluiu-se no questionário definitivo uma pequena introdução, pois seria a primeira leitura que o respondente iria fazer e desta forma ficaria a saber um pouco sobre o (s) investigador (s), tornando claras as posições dos intervenientes, bem como os objectivos da investigação, o que poderia ser determinante para a decisão de uma boa colaboração.

A primeira secção do questionário pretende solicitar informação sobre as características dos casos⁵, para assim se poder descrever os mesmos e conhecer melhor a amostra.

Existem quatro tipos de resposta possível, isto é, respostas qualitativas descritas por palavras pelo respondente, respostas qualitativas escolhidas pelo respondente a partir de um conjunto de respostas alternativas fornecidas, respostas quantitativas apresentadas em números pelo respondente e ainda respostas quantitativas escolhidas pelo respondente a partir de um conjunto de respostas alternativas fornecidas.

Seguidamente, o questionário contém perguntas abertas, em que a resposta é construída por cada inquirido e perguntas fechadas em que o mesmo tem que escolher entre respostas alternativas já fornecidas.

⁵ Segundo Hill e Hill (2005), tecnicamente chamam-se «casos» da investigação aos respondentes ao questionário.

No caso específico deste estudo e seus objectivos a atingir, apenas foram utilizadas perguntas fechadas. O tipo de resposta associada a essas perguntas é realizado através da escala de Likert. Como se quer medir a atitude dos inquiridos irão ser utilizadas afirmações e uma escala numérica para itens positivos, isto é, “muito insatisfeito” será igual a 1 e “muito satisfeito” igual a 5. Para algumas questões inclui-se ainda a possibilidade de responder “sem opinião” que será representado pelo valor 6.

É importante ainda referir que antes da aplicação do questionário foram consultados responsáveis pertencentes às instituições em causa (Universidade da Madeira e GCDE da RAM), para a realização de perguntas relacionadas com factos potencialmente sensíveis.

3.3 A recolha de dados

O Questionário foi aplicado na reunião final organizada pelo GCDE da RAM (dia 9 de Julho de 2007, isto é, depois de terminadas todas as competições, por uma equipa de investigação da Universidade da Madeira, composta por cinco alunos que frequentavam o Mestrado em Educação Física e Desporto, liderada pelo Professor Doutor Jorge Soares e da qual fizemos parte) e foi distribuído por Coordenadores de desporto escolar, Coordenadores de Actividade Interna e Orientadores de Modalidades.

Incluiu-se um pedido de cooperação no preenchimento do questionário (dando-se uma estimativa realista do tempo necessário e referindo ainda que o mesmo seria anónimo), foi transmitida a razão principal da sua aplicação, foi realizada uma apresentação curta da natureza geral e foi referido o nome das instituições responsáveis pela investigação.

Seguidamente foram dadas as instruções específicas, necessárias para o preenchimento do questionário.

3.4 Tratamento dos dados

Os dados serão organizados em ficheiros e posteriormente tratados, com recurso ao programa informático de tratamento estatístico SPSS 15.0 for Windows. O programa

realizará uma análise descritiva, através de tabelas com valores absolutos (frequências) e relativos (percentagens), assim como uma análise inferencial através de resultados de testes estatísticos, com o objectivo de verificar a relação entre variáveis e grupos.

Em termos gerais o teste estatístico a utilizar será o Teste de Independência do Qui-Quadrado, dada a natureza das questões em análise, mais precisamente as questões que são de natureza nominal (variáveis de caracterização) e ordinal (indicadores), para o nível de significância de 5%.

Em termos específicos, no que diz respeito às questões relacionadas com a variável anos de experiência, dada a natureza das questões (grau de satisfação é uma questão de natureza ordinal, assim como a variável anos de experiência) o teste estatístico aplicado foi o teste de Independência do Qui-Quadrado, tendo como hipótese nula a independência entre o grau de satisfação atribuído a cada indicador e os anos de experiência. Se o nível de significância for inferior a 0,05, a hipótese nula atrás mencionada é rejeitada e só assim, estamos em condições de afirmar que existe relação significativa entre o grau de satisfação (atribuído a cada indicador) e os anos de experiência. Se o nível de significância for superior a 0,05, a hipótese nula não é rejeitada e assim, não estamos em condições de afirmar que existe relação significativa. Este teste tem dois pressupostos de aplicabilidade: a percentagem de células com valores esperados inferiores a 5 tem que ser inferior a 20,0% e o mínimo valor esperado tem que ser superior a 1. Caso falhe um destes pressupostos, recorreremos ao nível de significância exacto do teste de Independência do Qui-Quadrado. Além desta alternativa, podemos agrupar os níveis das questões em análise, como é o caso, uma vez que as questões ligadas ao grau de satisfação têm 5 níveis, enquanto os anos de experiência têm 7 níveis.

Assim, como podemos ver no Quadro 10, as questões ligadas ao grau de satisfação dos vários indicadores ficaram com 3 níveis, enquanto os anos de experiência ficaram com 5 níveis.

Quadro 10 – Novos níveis relativos ao grau de satisfação e aos anos de experiência

Grau de satisfação	Novos níveis		Anos de experiência	Novos níveis
Muito insatisfeito	Insatisfeito		< 1 ano	≤ 3 anos
Insatisfeito			1 a 3 anos	
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Nem satisfeito/ Nem insatisfeito		4 a 6 anos	4 a 6 anos
Satisfeito	Satisfeito		7 a 9 anos	7 a 9 anos
Muito satisfeito			10 a 12 anos	10 a 12 anos
			13 a 15 anos	> 12 anos
		Mais de 15 anos		

4 Apresentação dos resultados

4.1 Qualidade do serviço prestado pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar

Na Figura 3 podemos ver o grau de satisfação dos Coordenadores do desporto escolar inquiridos, relativamente a alguns indicadores do funcionamento das competições externas.

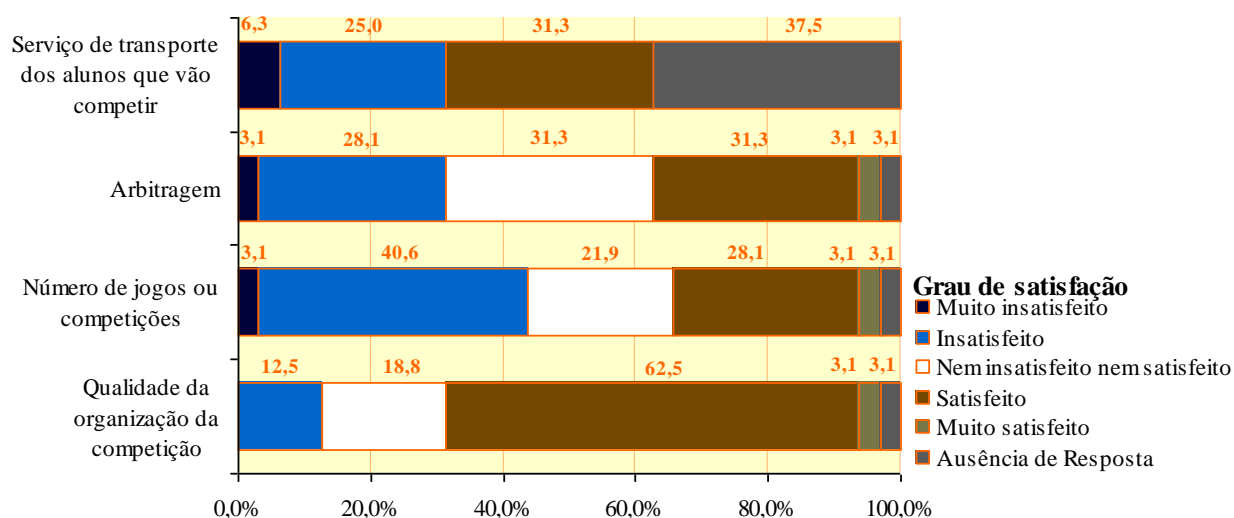


Figura 3 – Grau de satisfação dos coordenadores do desporto escolar, em relação aos indicadores: qualidade da organização da competição, número de jogos ou competições, arbitragem e serviço de transporte dos alunos que vão competir

Com base nestes dados podemos ver que é relativamente à qualidade da organização da competição que ocorre a maior percentagem de professores satisfeitos, sendo de 62,5%, mostrando assim que dos 4 indicadores analisados, este é o que concentra maior percentagem de professores satisfeitos. Já no número de jogos ou competições a distribuição percentual é outra, uma vez que a maior percentagem (40,6%) surge nos professores que estão insatisfeitos com este aspecto. Um outro aspecto a salientar é que a opinião que estes professores têm em relação ao papel dos árbitros nas competições externas, é divergente, pois podemos encontrar aproximadamente 30,0% de professores que estão satisfeitos, insatisfeitos ou até mesmo que não estão satisfeitos, nem insatisfeitos. Por fim, temos o serviço de transporte dos

alunos que vão competir, relativamente ao qual se verificou uma percentagem considerável de não respostas (37,5%), podendo ser justificado pelo facto de alguns destes professores estarem a leccionar em escolas do Concelho do Funchal. No entanto, podemos encontrar dois grupos de professores com opiniões distintas entre si: os que estão satisfeitos (31,3%) e os que estão insatisfeitos (25,0%) com o serviço de transporte dos alunos que vão competir.

4.2 Qualidade de intervenção dos agentes educativos

De acordo com os dados apresentados na Figura 4, relativamente à intervenção do Presidente da Direcção/Conselho Executivo no desporto escolar, verifica-se que a maior percentagem ocorre no grupo dos professores que estão satisfeitos, concentrando 50,2% do total da amostra. Depois surgem os professores que estão muito satisfeitos, registando o valor percentual de 25,9%. Ainda é de referir que 1,6% dos professores inquiridos afirmaram estar insatisfeitos com a intervenção do Presidente da Direcção/Conselho Executivo no desporto escolar.

Relativamente à intervenção dos professores de Educação Física no desporto

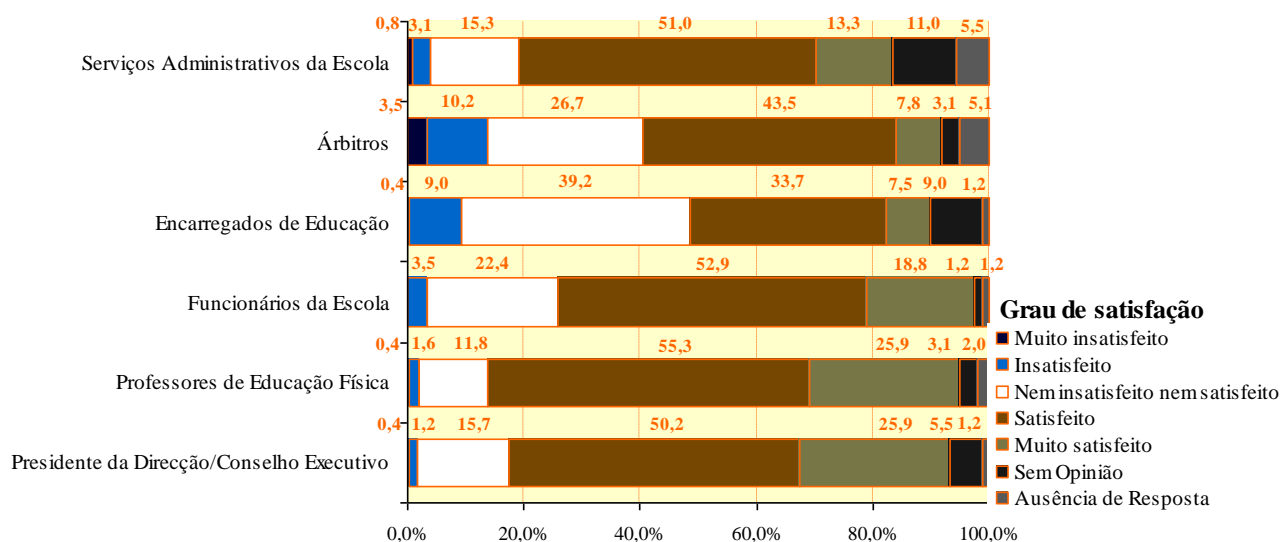


Figura 4 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar no que respeita à intervenção: dos professores de educação física, da arbitragem, dos encarregados de educação, dos funcionários da escola, dos serviços administrativos da escola e do presidente da direcção/conselho executivo

escolar, verifica-se uma maior percentagem de professores que manifestam estar satisfeitos com esta intervenção, quando comparamos com a do Presidente da

Direcção/Conselho Executivo (e mesmo com os restantes intervenientes, como se pode verificar a seguir). Esta percentagem foi de 55,3%, seguindo-se os professores que estão muito satisfeitos com a intervenção dos professores de Educação Física no desporto escolar, que registaram o valor de 25,9% (tal como aconteceu com a intervenção do Presidente da Direcção/Conselho Executivo). Também a percentagem de professores insatisfeitos com a intervenção dos professores de Educação Física no desporto escolar, é muito pouco expressiva (2,0%).

Pode-se afirmar que 52,9% dos professores que fizeram parte desta amostra se encontram satisfeitos com a intervenção dos funcionários da Escola no desporto escolar. O segundo grupo de professores mais unânime é o que não está insatisfeito, nem satisfeito com os intervenientes em análise, uma vez que registaram o segundo valor percentual, 22,4%. A percentagem de professores que estão insatisfeitos com a intervenção dos funcionários da Escola no desporto escolar é ligeiramente superior (quando comparada com as anteriores) mas sendo na mesma pouco expressiva, 3,5%.

Já no que diz respeito à intervenção dos Encarregados de Educação no desporto escolar, a maior percentagem surge no grupo de professores que não estão satisfeitos, nem insatisfeitos, com o valor de 39,2%. Note-se que o grau de satisfação que tem concentrado maior valor percentual nos intervenientes analisados até ao momento, tem sido o grau de “Satisfeito”, o que neste momento se alterou. É verdade que a segunda maior percentagem ocorre nos professores que estão satisfeitos com a intervenção dos Encarregados de Educação no desporto escolar, 33,7%, que como é óbvio e como já foi explicado é menor quando comparado com as percentagens de satisfação anteriores.

No que concerne ao papel dos árbitros no desporto escolar, verifica-se que 43,5% dos professores inquiridos estão satisfeitos com a sua intervenção, contra 26,7% que não se manifestou neste aspecto, ou seja, não estão satisfeitos nem insatisfeitos. Ainda é de referir que 10,2% destes professores indicaram que estão insatisfeitos com a intervenção dos árbitros no desporto escolar, enquanto 3,5% estão muito insatisfeitos. Quando comparamos este último valor com o grupo de professores que estão muito satisfeitos, 7,8%, torna-se um dado positivo.

Por fim, temos a opinião dos professores inquiridos em relação à intervenção dos serviços administrativos da escola no desporto escolar e, novamente notamos maior percentagem, sendo superior a 50,0%, no grupo de professores que estão satisfeitos com

a intervenção dos mesmos. Depois surgem valores percentuais muito próximos entre si, nos professores que não estão satisfeitos, nem insatisfeitos (15,3%) e nos que estão muito satisfeitos (13,3%). Ainda assim, existe a percentagem de 11,0% que não tem opinião em relação a este aspecto.

4.3 Comunicação da informação

Os dados apresentados na Figura 5 são apenas para os professores orientadores de equipas, coordenadores da actividade interna, podendo também acumular além destes cargos, outros.

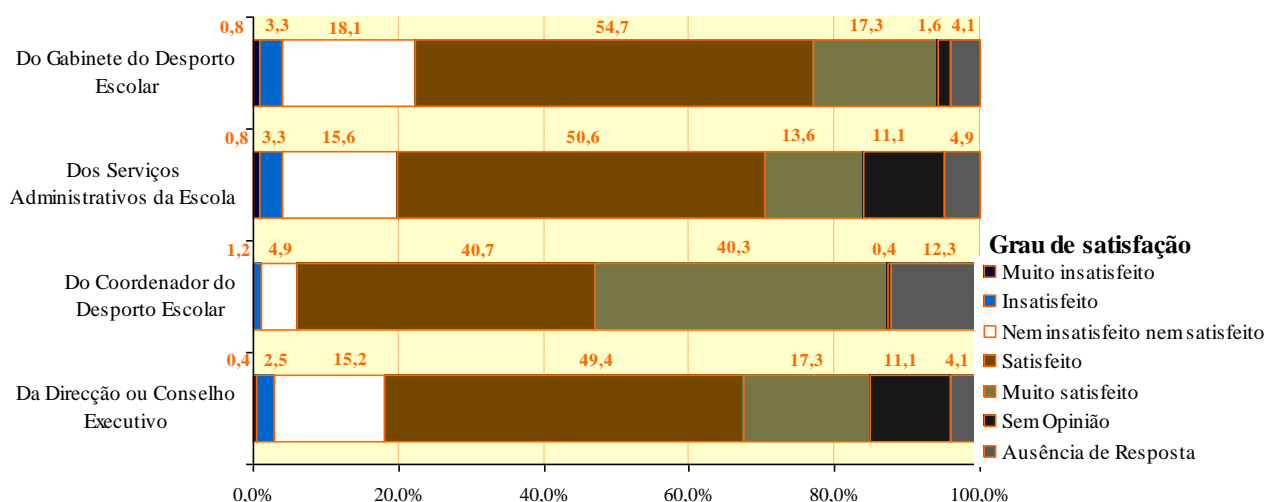


Figura 5 – Grau de satisfação dos professores orientadores de equipas e coordenadores de actividade interna, relativamente à recepção da informação sobre o desporto escolar

Em relação ao grau de satisfação da recepção da informação sobre o desporto escolar, podemos encontrar maior percentagem de professores satisfeitos, independentemente dos responsáveis em análise, sendo de destacar, no entanto, a percentagem de 54,7% (que é a mais alta) correspondente aos professores satisfeitos com a informação sobre o desporto escolar, vinda do GCDE. Outro aspecto relevante é que 81,0% deste grupo de professores estão no mínimo satisfeitos com a recepção da informação sobre o desporto escolar, disponibilizada pelo Coordenador do desporto escolar. Ainda é de referir que os valores percentuais registados nos professores que

estão satisfeitos com a Direcção ou Conselho Executivo ou Serviços Administrativos da Escola neste aspecto, são próximos entre si, sendo de 49,4% e 50,6%, respectivamente.

4.4 Percepção dos professores do desporto escolar, em função dos anos de experiência

4.4.1 Número de competições por sábado/concentração

Quando testada a hipótese de não existir associação entre o grau de satisfação atribuído ao número de competições por Sábado/concentração e os anos de experiência, o nível de significância obtido no teste de Independência do Qui-Quadrado foi 0,142, que sendo superior a 0,05, não permite rejeitar a hipótese atrás referida, tal como se pode observar no Quadro 11.

Quadro 11 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente ao número de competições por sábado/concentração

Número de competições por Sábado/concentração		Anos de Experiência					Total
		≤ 3 anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos	> 12 anos	
Insatisfeito	Freq.	38	20	20	9	11	98
	% segundo os anos de experiência	47,5	32,8	41,7	50,0	57,9	43,4
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	8	17	6	2	2	35
	% segundo os anos de experiência	10,0	27,9	12,5	11,1	10,5	15,5
Satisfeito	Freq.	34	24	22	7	6	93
	% segundo os anos de experiência	42,5	39,3	45,8	38,9	31,6	41,2
Total	Freq.	80	61	48	18	19	226
	% segundo os anos de experiência	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		12,209					
Nível de significância		0,142					

Assim, os dados não nos permitem afirmar que existe associação significativa entre o grau de satisfação atribuído ao número de competições por Sábado/concentração e os anos de experiência. Recorrendo aos valores percentuais apresentados, podemos ver que nos professores com mais anos de experiência desta amostra, 10 ou mais anos, a maior percentagem ocorre nos professores insatisfeitos com o número de competições por Sábado/concentração. Também é um facto que no grupo de professores com menos anos de experiência desta amostra, 3 ou menos anos, a maior percentagem também ocorre nos que estão insatisfeitos, 47,5%, sendo de salientar que a percentagem de

professores satisfeitos aproxima-se deste valor, sendo de 42,5%. Também nos professores com 7-9 anos de experiência, a percentagem de professores satisfeitos (45,8%) ou insatisfeitos (41,7%) é próxima, sendo superior no primeiro grupo. Por fim temos os professores com 4-6 anos de experiência, onde podemos encontrar mais equilíbrio nos valores percentuais, em relação aos professores satisfeitos (39,3%), insatisfeitos (32,8%) ou que não estão nem satisfeitos, nem insatisfeitos (27,9%).

4.4.2 Número de competições/jogos por ano

Perante o nível de significância $0,647 > 0,05$, observado no Quadro 12, não podemos afirmar que existe relação significativa entre o grau de satisfação atribuído por estes professores ao número de competições/jogos por ano e os anos de experiência.

Quadro 12 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente ao número de competições/jogos por ano

Número de competições/jogos por ano		Anos de Experiência					Total
		≤ 3 anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos	> 12 anos	
Insatisfeito	Freq.	39	27	22	12	11	111
	% segundo os anos de experiência	49,4	44,3	45,8	66,7	55,0	49,1
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	13	12	5	1	2	33
	% segundo os anos de experiência	16,5	19,7	10,4	5,6	10,0	14,6
Satisfeito	Freq.	27	22	21	5	7	82
	% segundo os anos de experiência	34,2	36,1	43,8	27,8	35,0	36,3
Total	Freq.	79	61	48	18	20	226
	% segundo os anos de experiência	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)							6,006
Nível de significância							0,647

Assim, podemos constatar que independentemente dos anos de experiência destes professores, encontrámos sempre maiores valores percentuais nos professores que indicaram que estão insatisfeitos com o número de competições/jogos por ano, sendo de destacar que nos professores com 10 ou mais anos de experiência, esses valores excedem os 50,0%. Ainda é de referir que no grupo de professores com 7-9 anos de experiência, a percentagem de professores insatisfeitos (45,8%) e a de professores satisfeitos (43,8%) são muito próximas entre si.

4.4.3 Realização das competições aos sábados de manhã

Observando o Quadro 13, perante o nível de significância do teste de Independência do Qui-Quadrado, igual a $0,400 > 0,05$, não podemos rejeitar a hipótese de independência entre o grau de satisfação atribuído pelos professores relativamente às competições aos Sábados de manhã e os anos de experiência.

Quadro 13 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente às competições aos sábados de manhã

Competições aos Sábados de manhã		Anos de Experiência					Total
		≤ 3 anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos	> 12 anos	
Insatisfeito	Freq.	16	7	8	2	4	37
	% segundo os anos de experiência	20,0	11,5	16,7	11,1	21,1	16,4
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	11	10	13	3	1	38
	% segundo os anos de experiência	13,8	16,4	27,1	16,7	5,3	16,8
Satisfeito	Freq.	53	44	27	13	14	151
	% segundo os anos de experiência	66,3	72,1	56,3	72,2	73,7	66,8
Total	Freq.	80	61	48	18	19	226
	% segundo os anos de experiência	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		8,346					
Nível de significância		0,400					

Analisando os valores percentuais, podemos encontrar percentagens na ordem dos 70,0% nos professores com 4-6 anos de experiência, assim como nos que têm mais 10 ou mais anos de experiência, que manifestaram satisfação com as competições aos Sábados de manhã. Já no grupo de professores com menos anos de experiência, 3 ou menos anos, a percentagem dos que estão satisfeitos com este factor é de 66,3%, contra 56,3% dos professores com 7-9 anos de experiência.

4.4.4 Horário dos transportes para as competições

Como o nível de significância obtido no teste de Independência do Qui-Quadrado foi superior a 0,05 (igual a 0,190) não estamos em condições de afirmar o grau de satisfação atribuído ao horário dos transportes para as competições depende significativamente dos anos de experiência dos professores, como se pode observar no Quadro 14.

Quadro 14 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente ao horário dos transportes para as competições

Horário dos transportes para as competições		Anos de Experiência					Total
		≤ 3 anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos	> 12 anos	
Insatisfeito	Freq.	28	14	19	8	4	73
	% segundo os anos de experiência	41,2	27,5	47,5	47,1	26,7	38,2
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	18	25	14	4	7	68
	% segundo os anos de experiência	26,5	49,0	35,0	23,5	46,7	35,6
Satisfeito	Freq.	22	12	7	5	4	50
	% segundo os anos de experiência	32,4	23,5	17,5	29,4	26,7	26,2
Total	Freq.	68	51	40	17	15	191
	% segundo os anos de experiência	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		11,210					
Nível de significância		0,190					

Em termos percentuais, podemos ver que os professores com 4-6 anos de experiência e os que têm mais de 12 anos, são os grupos mais idênticos entre si, uma vez que as percentagens de quem está insatisfeito, satisfeito ou não está nem satisfeito, nem insatisfeito, são muito próximas de um grupo para o outro, sendo ainda de referir que a maior percentagem ocorre nos que não estão nem satisfeitos, nem insatisfeitos, 49,0% e 46,7%, respectivamente. Já os restantes grupos de professores, 3 ou menos anos de experiência e os que têm entre 7 a 12 anos, são os mais idênticos entre si, uma vez que os valores mais altos ocorrem nos que estão insatisfeitos com o horário dos transportes para as competições, registando valores entre os 41,0% e 47,0%.

4.4.5 Serviço de transporte dos alunos que vão competir

No Quadro 15 podemos ver a opinião dada pelos professores em relação ao serviço de transporte dos alunos que vão competir, que como resultado do teste de Independência do Qui-Quadrado, temos o nível de significância superior a 0,05, não permitindo assim afirmar que existe relação significativa entre a opinião dada ao serviço de transporte dos alunos que vão competir e os anos de experiência dos professores.

Quadro 15 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente ao serviço de transporte dos alunos que vão competir

Serviço de transporte dos alunos que vão competir		Anos de Experiência					Total
		≤ 3 anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos	> 12 anos	
Insatisfeito	Freq.	17	10	14	5	1	47
	% segundo os anos de experiência	29,3	22,7	41,2	45,5	6,7	29,0
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	22	19	9	2	4	56
	% segundo os anos de experiência	37,9	43,2	26,5	18,2	26,7	34,6
Satisfeito	Freq.	19	15	11	4	10	59
	% segundo os anos de experiência	32,8	34,1	32,4	36,4	66,7	36,4
Total	Freq.	58	44	34	11	15	162
	% segundo os anos de experiência	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		13,047					
Nível de significância		0,110					

No grupo dos professores com mais de 12 anos de experiência, 66,7% indicou estar satisfeito com este serviço, sendo este grupo de professores o que mais se destaca, em termos percentuais. Depois surgem os professores com 7-9 anos de experiência, assim como os que têm 10-12 anos de experiência, onde a maior percentagem para cada um destes grupos ocorre nos que estão insatisfeitos com o serviço de transporte dos alunos que vão competir, sendo de 41,2% e 45,5%, respectivamente. Por fim, temos os professores com menos anos de experiência desta amostra, 6 anos ou menos, onde a maior percentagem surge nos que não estão satisfeitos, nem insatisfeitos.

4.4.6 Qualidade da organização da competição

No Quadro 16, analisámos a qualidade da organização da competição segundo os anos de experiência. Dado o nível de significância do teste de Independência do Qui-Quadrado, $0,361 > 0,05$, não estamos em condições de afirmar que o grau de satisfação atribuído a este indicador está associado significativamente aos anos de experiência dos professores.

Como podemos observar, independentemente dos anos de experiência que o professor tem, as maiores percentagens surgem nos professores que estão satisfeitos com a qualidade da organização da competição. No entanto, é de referir as percentagens de 74,5% e 76,5%, que são as mais expressivas, referentes aos professores com 4-6 anos experiência e os que têm mais de 12 anos de experiência.

Quadro 16 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente à qualidade da organização da competição

Qualidade da organização da competição		Anos de Experiência					Total
		≤ 3 anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos	> 12 anos	
Insatisfeito	Freq.	6	2	7	0	1	16
	% segundo os anos de experiência	8,5	3,6	15,2	0,0	5,9	7,8
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	17	12	9	6	3	47
	% segundo os anos de experiência	23,9	21,8	19,6	40,0	17,6	23,0
Satisfeito	Freq.	48	41	30	9	13	141
	% segundo os anos de experiência	67,6	74,5	65,2	60,0	76,5	69,1
Total	Freq.	71	55	46	15	17	204
	% segundo os anos de experiência	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		8,785					
Nível de significância		0,361					

4.4.7 Arbitragem

O nível de significância quando testada a hipótese de não existir relação entre o grau de satisfação atribuído pelos professores à arbitragem e os anos de experiência, foi 0,014, como podemos observar no Quadro 17. Uma vez que é inferior a 0,05, estamos em condições de rejeitar a hipótese atrás referida, ou seja, podemos afirmar que a opinião dada pelos professores em relação à arbitragem depende significativamente dos anos de experiência.

Os valores dos resíduos estandardizados permitem identificar o grupo de professores (ou grupos) que provocam a associação/relação significativa existente. Estes valores são significativos quando superiores a 1,96 (ou -1,96) ou a 1,65 (-1,65). Assim, com base no valor 2,2, estamos em condições de afirmar que podemos encontrar mais professores com mais de 12 anos de experiência, relativamente aos restantes, satisfeitos com a arbitragem. Por outro lado, e com base no resíduo estandardizado 1,8, podemos encontrar mais professores com 3 ou menos anos de experiência, quando comparados com os que têm mais de 3 anos de experiência, insatisfeitos com a arbitragem no contexto do funcionamento das competições externas.

Quadro 17 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo os anos de experiência, relativamente à arbitragem

Arbitragem		Anos de Experiência					Total
		≤ 3 anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos	> 12 anos	
Insatisfeito	Freq.	23	10	8	4	1	46
	Valores esperados	15,9	12,3	10,3	3,4	4,0	46,0
	% segundo os anos de experiência	32,4	18,2	17,4	26,7	5,6	22,4
	Resíduos estandardizados	1,8	-0,7	-0,7	0,3	-1,5	
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	15	14	16	6	1	52
	Valores esperados	18,0	14,0	11,7	3,8	4,6	52,0
	% segundo os anos de experiência	21,1	25,5	34,8	40,0	5,6	25,4
	Resíduos estandardizados	-0,7	0,0	1,3	1,1	-1,7	
Satisfeito	Freq.	33	31	22	5	16	107
	Valores esperados	37,1	28,7	24,0	7,8	9,4	107,0
	% segundo os anos de experiência	46,5	56,4	47,8	33,3	88,9	52,2
	Resíduos estandardizados	-0,7	0,4	-0,4	-1,0	2,2	
Total	Freq.	71	55	46	15	18	205
	% segundo os anos de experiência	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		19,133					
Nível de significância		0,014					

4.5 Percepção dos professores do desporto escolar, em função da área geográfica da escola (Funchal, Oeste e Este)

4.5.1 Número de treinos por semana

O primeiro indicador a ser analisado segundo a área geográfica da escola, é o que diz respeito ao número de treinos por semana, que perante o nível de significância $0,550 > 0,05$, observado no Quadro 18, não nos permite afirmar que existe associação significativa entre o grau de satisfação atribuído a este indicador e a área geográfica da escola.

De acordo com os valores percentuais, vemos que quer no grupo de professores que leccionam em escolas do Funchal, quer do Oeste ou Este, temos percentagens a rondar os 70,0% referentes aos que estão satisfeitos com o número de treinos por semana. Destes valores, é de referir que no grupo dos professores que leccionam em escolas do Funchal, 76,7% indicou estar satisfeito com este aspecto, enquanto no grupo de professores que leccionam em escolas da zona Este, este valor é ligeiramente inferior (74,1%), enquanto no grupo da zona Oeste, o valor correspondente aos que estão satisfeitos com o número de treinos por semana é de 66,7%.

Quadro 18 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente ao número de treinos por semana

Número de treinos por semana		Área Geográfica			Total
		Funchal	Oeste	Este	
Insatisfeito	Freq.	10	10	5	25
	% segundo a Área Geográfica	11,1	12,3	8,6	10,9
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	11	17	10	38
	% segundo a Área Geográfica	12,2	21,0	17,2	16,6
Satisfeito	Freq.	69	54	43	166
	% segundo a Área Geográfica	76,7	66,7	74,1	72,5
Total	Freq.	90	81	58	229
	% segundo a Área Geográfica	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		3,045			
Nível de significância		0,550			

4.5.2 Duração dos treinos

Relativamente à duração dos treinos, as percentagens registadas nos professores satisfeitos com este aspecto são mais evidentes quando comparadas com as registadas no número de treinos por semana. Tratam-se mesmos de valores muito expressivos, uma vez que rondam os 80,0%, podendo assim afirmar, que independentemente da área geográfica da escola, podemos encontrar nesta amostra uma maioria de professores satisfeitos com a duração dos treinos, como se pode observar no Quadro 19.

Quadro 19 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente à duração dos treinos

Duração dos treinos		Área Geográfica			Total
		Funchal	Oeste	Este	
Insatisfeito	Freq.	7	5	3	15
	% segundo a Área Geográfica	7,9	6,2	5,3	6,6
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	9	13	6	28
	% segundo a Área Geográfica	10,1	16,0	10,5	12,3
Satisfeito	Freq.	73	63	48	184
	% segundo a Área Geográfica	82,0	77,8	84,2	81,1
Total	Freq.	89	81	57	227
	% segundo a Área Geográfica	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		1,993			
Nível de significância		0,737			

No entanto é de referir que o valor mais expressivo foi registado no grupo de professores que estão a leccionar em escolas da zona Este, sendo de 84,2%, seguindo-se os do Funchal (82,0%) e por fim os da zona Oeste (77,8%).

4.5.3 Número de competições por sábado/concentração

Perante o nível de significância $0,784 > 0,05$, observado no Quadro 20, não podemos rejeitar a hipótese de independência entre a opinião dada pelos professores ao número de competições por Sábado/concentração e a área geográfica a que escola pertence. Assim, os dados não nos permitem afirmar que existe associação significativa entre estes dois factores.

Quadro 20 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente ao número de competições por sábado/concentração

Número de competições por Sábado/concentração		Área Geográfica			Total
		Funchal	Oeste	Este	
Insatisfeito	Freq.	34	35	27	96
	% segundo a Área Geográfica	39,5	44,9	47,4	43,4
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	12	13	9	34
	% segundo a Área Geográfica	14,0	16,7	15,8	15,4
Satisfeito	Freq.	40	30	21	91
	% segundo a Área Geográfica	46,5	38,5	36,8	41,2
Total	Freq.	86	78	57	221
	% segundo a Área Geográfica	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		1,739			
Nível de significância		0,784			

Analisando as percentagens indicadas na tabela, é de referir que no grupo dos professores que estão a leccionar em escolas do Funchal, o maior valor diz respeito aos que estão satisfeitos com o número de competições por Sábado/concentração (46,5%), enquanto no grupo de professores das escolas da zona Oeste e Este, os maiores valores ocorrem nos que estão insatisfeitos com este aspecto, sendo de 44,9% e 47,4%, respectivamente.

4.5.4 Número de competições/jogos por ano

Também no número de competições/jogos por ano, os dados observados no Quadro 21, não nos permitem afirmar que existe relação significativa entre o grau de satisfação atribuído pelos professores e a área geográfica da escola (nível de significância igual a $0,353 > 0,05$).

Quadro 21 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente ao número de competições/jogos por ano

Número de competições/jogos por ano		Área Geográfica			Total
		Funchal	Oeste	Este	
Insatisfeito	Freq.	37	40	32	109
	% segundo a Área Geográfica	42,0	51,9	56,1	49,1
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	18	10	6	34
	% segundo a Área Geográfica	20,5	13,0	10,5	15,3
Satisfeito	Freq.	33	27	19	79
	% segundo a Área Geográfica	37,5	35,1	33,3	35,6
Total	Freq.	88	77	57	222
	% segundo a Área Geográfica	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		4,416			
Nível de significância		0,353			

Assim, recorrendo às percentagens, vemos que no grupo de professores que leccionam em escolas da zona Este, 56,1% afirmou estar satisfeito com o número de competições/jogos por ano, enquanto no grupo dos professores das escolas da zona Oeste, embora acima dos 50,0%, é inferior, quanto comparada com o valor da zona Este, sendo de aproximadamente 52,0%. Por fim, temos os professores que estão a leccionar em escolas do Funchal, relativamente aos quais podemos afirmar, em termos percentuais, que existem dois grupos de professores com opiniões distintas entre si: os que estão insatisfeitos com o número de competições/jogos por ano (42,0%) e os que estão satisfeitos (37,5%).

4.5.5 Competições aos sábados de manhã

Uma vez que o nível de significância obtido no teste de Independência do Qui-Quadrado foi superior a 0,05, não podemos afirmar que a área geográfica da escola tem influência significativa no grau de satisfação atribuído pelos professores no que diz respeito às competições aos Sábados de manhã, como se pode observar no Quadro 22.

Recorrendo às percentagens, é de destacar que o grupo de professores a leccionar em escolas do Funchal, 73,3% indicou estar satisfeito com as competições aos Sábados de manhã, enquanto o grupo da zona Oeste, assim como da zona Este, embora superiores a 50,0%, os valores não são tão expressivos, sendo de 67,9% e 59,6%, respectivamente.

Quadro 22 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente às competições aos sábados de manhã

Competições aos Sábados de manhã		Área Geográfica			Total
		Funchal	Oeste	Este	
Insatisfeito	Freq.	11	12	12	35
	% segundo a Área Geográfica	12,8	15,4	21,1	15,8
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	12	13	11	36
	% segundo a Área Geográfica	14,0	16,7	19,3	16,3
Satisfeito	Freq.	63	53	34	150
	% segundo a Área Geográfica	73,3	67,9	59,6	67,9
Total	Freq.	86	78	57	221
	% segundo a Área Geográfica	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		3,040			
Nível de significância		0,551			

4.5.6 Horário dos transportes para as competições

Como se pode constatar no Quadro 23, o nível de significância resultante do teste de Independência do Qui-Quadrado foi 0,022, que sendo inferior a 0,05 permite afirmar que existe associação significativa entre o grau de satisfação atribuído ao horário dos transportes para as competições e a área geográfica da escola.

Quadro 23 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente ao horário dos transportes para as competições

Horário dos transportes para as competições		Área Geográfica			Total
		Funchal	Oeste	Este	
Insatisfeito	Freq.	13	35	24	72
	Valores esperados	21,9	29,3	20,8	72,0
	% segundo a Área Geográfica	22,8	46,1	44,4	38,5
	Resíduos estandardizados	-1,9	1,1	0,7	
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	30	21	17	68
	Valores esperados	20,7	27,6	19,6	68,0
	% segundo a Área Geográfica	52,6	27,6	31,5	36,4
	Resíduos estandardizados	2,0	-1,3	-0,6	
Satisfeito	Freq.	14	20	13	47
	Valores esperados	14,3	19,1	13,6	47,0
	% segundo a Área Geográfica	24,6	26,3	24,1	25,1
	Resíduos estandardizados	-0,1	0,2	-0,2	
Total	Freq.	57	76	54	187
	% segundo a Área Geográfica	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		11,437			
Nível de significância		0,022			

Dado o resíduo estandardizado 2,0, podemos afirmar que se encontram mais professores nas escolas do Funchal, em relação às zonas Oeste e Este, que não estão nem satisfeitos nem insatisfeitos, com o horário dos transportes para as competições. Ainda é de referir, e dado o resíduo estandardizado -1,9, estaríamos à espera de encontrar mais professores insatisfeitos nas escolas do Funchal, quando comparamos com as escolas da zona Oeste e Este.

4.5.7 Serviço de transporte dos alunos que vão competir

Ao analisar o Quadro 24, também estamos em condições de afirmar que a área geográfica da escola tem efeito significativo na opinião dada pelos professores, ao serviço de transporte dos alunos que vão competir, pois o nível de significância foi inferior a 0,05 (igual a 0,000).

Quadro 24 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente ao serviço de transporte dos alunos que vão competir

Serviço de transporte dos alunos que vão competir		Área Geográfica			Total
		Funchal	Oeste	Este	
Insatisfeito	Freq.	2	30	14	46
	Valores esperados	12,4	20,5	13,0	46,0
	% segundo a Área Geográfica	4,7	42,3	31,1	28,9
	Resíduos estandardizados	-3,0	2,1	0,3	
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	24	18	15	57
	Valores esperados	15,4	25,5	16,1	57,0
	% segundo a Área Geográfica	55,8	25,4	33,3	35,8
	Resíduos estandardizados	2,2	-1,5	-0,3	
Satisfeito	Freq.	17	23	16	56
	Valores esperados	15,1	25,0	15,8	56,0
	% segundo a Área Geográfica	39,5	32,4	35,6	35,2
	Resíduos estandardizados	0,5	-0,4	0,0	
Total	Freq.	43	71	45	159
	% segundo a Área Geográfica	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		20,624			
Nível de significância		0,000			

Perante os dois resíduos estandardizados assinalados, podemos afirmar, por um lado, que nas escolas do Funchal encontramos mais professores que não estão nem satisfeitos, nem insatisfeitos com o serviço de transporte dos alunos que vão competir e,

por outro lado, nas escolas da zona Oeste, encontramos mais professores insatisfeitos com este serviço, quando comparamos com a zona do Funchal e Este.

4.5.8 Qualidade da organização da competição

Quando analisada a questão da qualidade da organização da competição, segundo a área geográfica da escola, os dados observados no Quadro 25, não nos permitem afirmar que existe relação significativa entre estes dois factores, uma vez que o nível de significância obtido no teste estatístico foi superior a 0,05 (igual a 0,915).

Quadro 25 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente à qualidade da organização da competição

Qualidade da organização da competição		Área Geográfica			Total
		Funchal	Oeste	Este	
Insatisfeito	Freq.	7	5	4	16
	% segundo a Área Geográfica	8,6	6,8	8,5	8,0
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	16	19	11	46
	% segundo a Área Geográfica	19,8	26,0	23,4	22,9
Satisfeito	Freq.	58	49	32	139
	% segundo a Área Geográfica	71,6	67,1	68,1	69,2
Total	Freq.	81	73	47	201
	% segundo a Área Geográfica	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		0,968			
Nível de significância		0,915			

Analisando os valores percentuais, vemos que independentemente da área geográfica da escola, temos maiores valores nos professores que estão satisfeitos com a qualidade da organização da competição, sendo de referir que são valores próximos aos 70,0%.

4.5.9 Arbitragem

Por fim, no Quadro 26, temos a opinião dada pelos professores inquiridos relativamente à arbitragem de acordo com a área geográfica da escola, onde não estamos em condições de afirmar que estas duas variáveis estão associadas significativamente entre si, dado o nível de significância superior a 0,05 (igual a 0,091). É de referir que no grupo dos professores a leccionar em escolas da zona Oeste, 60,8%

indicou estar satisfeito com a arbitragem sendo um valor que se destaca quando comparado com os registados nas escolas da zona do Funchal (46,9%) e Este (44,7%).

Quadro 26 – Grau de satisfação dos professores do desporto escolar, segundo a área geográfica da escola, relativamente à arbitragem

	Arbitragem	Área Geográfica			Total
		Funchal	Oeste	Este	
Insatisfeito	Freq.	23	14	8	45
	% segundo a Área Geográfica	28,4	18,9	17,0	22,3
Nem satisfeito/ Nem insatisfeito	Freq.	20	15	18	53
	% segundo a Área Geográfica	24,7	20,3	38,3	26,2
Satisfeito	Freq.	38	45	21	104
	% segundo a Área Geográfica	46,9	60,8	44,7	51,5
Total	Freq.	81	74	47	202
	% segundo a Área Geográfica	100,0	100,0	100,0	100,0
Estatística de teste (X^2)		8,003			
Nível de significância		0,091			

5 Discussão dos resultados

A percepção dos coordenadores do desporto escolar, relativamente à avaliação da qualidade do serviço prestado pelo GCDE, mostra que é em relação à qualidade da organização da competição que ocorre a maior percentagem de professores satisfeitos. Este resultado pode-se provavelmente atribuir ao facto de os coordenadores do desporto escolar se sentirem integrados na organização da competição, pois conforme está estipulado no respectivo Programa, serão eles os responsáveis pela coordenação no terreno dos quadros competitivos e de todas as actividades inerentes ao desporto escolar. Na sequência deste resultado recorde-se Costa (2003), quando refere no caso da prestação de serviços de desporto, ao considerar que o centro da qualidade nas organizações são as pessoas.

Por outro lado, é relativamente ao número de jogos ou competições, que a percepção dos coordenadores do desporto escolar, em termos de distribuição percentual, é outra, uma vez que a maior percentagem surge nos coordenadores que estão insatisfeitos com este aspecto. Com base na revisão da literatura realizada, este resultado poder-se-á atribuir a vários factores, levantando-se assim algumas questões:

Será que os coordenadores do desporto escolar vêem o número de jogos ou competições, como a única referência desportiva dos jovens?

A insatisfação relativa ao número de jogos ou competições, será para os coordenadores sinónimo de uma época reduzida, logo fraca?

É importante ter em conta que a qualidade de uma participação, não deve ser apreciada exclusivamente pela duração da época desportiva, ou ainda pelo tempo de permanência nesta, pois como refere Adelino et al (2005) provando que a competição não é a única referência desportiva dos jovens, deve envolver também a adequação das propostas de treino e das fórmulas de competição que ela contém. É de referir ainda, que provavelmente o GCDE poderá desenvolver um modelo de competição, que independentemente do número de vitórias e derrotas, permita manter os alunos envolvidos, uma vez que nesta fase os jovens querem principalmente participar e estar em actividade.

Comparando o resultado deste último indicador com o obtido por Correia e Rosado (2006)⁶, em que os indicadores relativos às competições mereceram uma menor satisfação pela generalidade dos professores inquiridos, percebe-se que emerge uma ideia comum, ou seja, provavelmente deve-se aumentar o número de jogos ou competições.

Em relação à percepção dos professores do desporto escolar sobre a qualidade dos intervenientes/actores, verificou-se maior satisfação relativamente à intervenção dos que integram a estrutura escola e directamente trabalham consigo (professores de Educação Física, Presidente da Direcção/Conselho Executivo, funcionários da escola, serviços administrativos da escola e árbitros), que em relação aos que não integram esta estrutura como é o caso dos encarregados de educação.

É de destacar que os professores de Educação Física foram os que obtiveram percentagem mais alta. Será devido a factores e interesses comuns relativos à classe? Será ainda que esta maior identificação com a estrutura escola se deve à dinâmica criada em cada uma e que é inerente a todas as que se encontram na mesma região, que por sua vez recebem e aplicam as orientações de uma mesma Secretaria Regional da Educação?

Por outro lado, a percepção relativamente aos Encarregados de Educação nem insatisfação ou satisfação provoca, podendo-se entender esta reacção como uma antiga e longa controvérsia existente entre o papel dos professores e da família, já que se ambos participam activamente na formação dos mesmos jovens, têm tido dificuldades em articular as respectivas competências.

A participação parental pode apresentar vantagens, pois segundo Carvalho, Boléo e Nunes (2006), a intervenção da família é a variável mais influente no comportamento dos alunos, as escolas necessitam não só de comunicar com as famílias mas também de conseguir que estas reforcem as atitudes facilitadoras do sucesso educativo e apoiem os filhos no estudo. Por outro lado, o envolvimento dos encarregados de educação também poderá apresentar desvantagens, pois trata-se de pais que primam por uma ampla visibilidade na escola – inúmeros (por vezes demasiados) contactos com os professores e a própria direcção da escola – e que, paralelamente em

⁶ Estudo realizado em Portugal continental, intitulado “A Satisfação da Comunidade Escolar e das Famílias relativamente ao Desporto Escolar”, tendo como objectivo a avaliação da satisfação relativamente ao desporto escolar de acordo com a percepção dos alunos praticantes, dos respectivos encarregados de educação, dos professores do desporto escolar e do presidente do conselho executivo da escola.

casa, colocam uma grande pressão nos seus filhos em tudo o que respeita à sua escolaridade (Silva, 2002).

Comparando ainda estes resultados com os protagonizados pelo estudo de Correia e Rosado (2006), é de referir que também neste caso o nível de satisfação dos professores inquiridos, é mais elevado relativamente aos actores que directamente estão envolvidos no seu dia-a-dia da escola (professores-treinadores, presidente do conselho executivo e funcionários da escola), do que com os encarregados de educação. Pode-se encontrar nestas ideias espaço para reflexão e justificação dos resultados obtidos.

Já em relação à percepção dos professores orientadores de equipas e dos coordenadores da actividade interna, sobre a recepção da informação do desporto escolar, há que destacar o grau satisfatório relativamente à informação recebida do GCDE podendo-se provavelmente justificar com os vários meios utilizados, isto é, a informação para além de ser disponibilizada via internet (em sítio próprio ou por correio electrónico), correio, telefone ou fax, é também transmitida em diferentes momentos, estabelecendo obrigatoriamente pontes entre emissor e receptor. Recorde-se Goldschmidt (2003), quando refere que, muitas vezes, é preciso que a pessoa seja abordada várias vezes, em momentos diferentes, por meios diferentes, antes que tome uma atitude em relação à organização. A reacção que desejamos pode ser o resultado de isso tudo e não de um evento isolado.

Sem dúvida que entre todos os meios de comunicação, a disponibilização em sítios da internet aumenta o sucesso da transmissão da informação. Recorde-se ainda que segundo Pedro (1999), a adopção da internet é inevitável. Segundo o mesmo autor, criar um site na Internet e utilizá-lo para divulgar informação sobre os produtos, aceitar encomendas, receber e trocar correspondência por *e-mail*, é como tornar as paredes da empresa transparentes e alargar os seus limites até à casa dos clientes.

Os resultados alcançados pelo estudo realizado no continente por Correia e Rosado (2006), verificou em relação à informação recebida, que os professores estão mais satisfeitos com os elementos internos da escola (ex: conselho executivo) que com os externos (ex: Ministério da educação/desporto escolar). Nota-se assim uma ligeira discrepância relativamente aos resultados obtidos no nosso estudo, uma vez que dos elementos internos da escola estudados neste atributo, apenas a informação recebida do

coordenador do desporto escolar obtém resultado mais satisfatório que o elemento externo, isto é, informação recebida do GCDE.

Importa salientar que relativamente a estes três primeiros indicadores da qualidade do serviço do desporto escolar, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre grupos e variáveis, o que pode provavelmente revelar o bom funcionamento das actividades, a qualidade da intervenção dos principais actores e a capacidade comunicativa entre os diferentes membros da organização.

Relativamente ao número de competições por sábado/concentração e número de competições/jogos por ano, através da observação dos resultados, a totalidade dos professores demonstrou mais insatisfação que satisfação, mostrando-se pelo contrário satisfeitos com a realização das competições aos sábados de manhã, independentemente dos anos de experiência e da área geográfica da escola em que leccionam.

Estes resultados podem fazer transparecer a ideia de que as competições disputadas aos sábados de manhã são percebidas pelos professores de forma satisfatória, porque provavelmente proporcionam uma recompensa monetária. Esta recompensa é atribuída aos professores, pelo trabalho realizado em dias de descanso semanal ou sob forma de horas extraordinárias⁷, sendo desde sempre uma das suas reivindicações, isto é, a necessidade de valorizar e criar incentivos aos recursos humanos, em particular aos professores do desporto escolar já anteriormente identificada por Soares (1996).

É de referir que ao nível da RAM a organização do desporto escolar resulta do seu Estatuto Político-Administrativo⁸, o que possibilita que apenas nesta Região de Portugal se recompense os professores por todo o seu trabalho desenvolvido e que, independentemente da forma utilizada poder ser questionada, pretende aumentar a sua motivação para assim se poder desenvolver um trabalho de qualidade. Não nos esqueçamos que a qualidade do desporto escolar e por sua vez do serviço (público) que o mesmo presta, passa também pela existência/permanência de profissionais qualificados nos seus quadros e actualmente o grande concorrente, Desporto Federado, oferece fortes recompensas financeiras e sociais. Relembre-se Costa (2003) quando refere que, os serviços de desporto estão no mercado e deverão seguir as regras de um

⁷ Conforme Ofício Circular Nº 5.0.0 – 300/2005 de 6 de Setembro de 2005.

⁸ Que como atrás foi referido, consagra à Assembleia Legislativa Regional competências para legislar, com respeito da Constituição e das Leis Gerais da República (Lei n.º 13/91, de 5 de Junho).

jogo em que a competitividade é rainha, não só entre os serviços de desporto, mas essencialmente entre serviços de diferentes áreas, na conquista de um espaço na ocupação dos tempos livres das pessoas e na sua saúde.

Relativamente aos transportes utilizados para as deslocações às competições do desporto escolar e depois de se analisar os resultados, percebe-se que os professores não têm uma opinião unânime, pois se em relação ao horário dos transportes e respectivo serviço não existem diferenças estatisticamente significativas na variável anos de experiência no desporto escolar, revelando uma clara percepção insatisfatória em relação ao primeiro indicador e satisfatória em relação ao segundo. No que diz respeito à variável área geográfica acontece o contrário, revelando a percepção dos professores resultados estatisticamente significativos relativamente aos dois indicadores referidos.

Assim, verificou-se que o horário dos transportes para as competições não afecta tanto os professores da zona Funchal (nem satisfeitos nem insatisfeitos) como das zonas Este e Oeste da RAM (insatisfeitos), esperando-se simultaneamente mais professores da zona Funchal com uma percepção insatisfatória. Importa também referir que o nível mais percepcionado pelos professores neste indicador foi o de insatisfeito, seguido de próximo pelo de nem satisfeito, nem insatisfeito. Esta ideia sugere que provavelmente os professores que leccionam na zona Funchal, utilizam com os respectivos alunos transportes da rede urbana que, ao terem horários pré-estabelecidos e funcionando de forma regular, garantem a facilidade de utilização e pontualidade desejadas. É de referir ainda que, provavelmente, alguns professores da zona Funchal também conseguem articular com os Encarregados de Educação o transporte dos alunos para as competições, que se realizam quase sempre nesta zona urbana.

Por outro lado, em relação ao serviço de transportes dos alunos que vão competir, pode-se observar que são os professores da zona Oeste que claramente percepcionam maior insatisfação, seguidos pelos da zona Este, revelando os da zona Funchal uma percepção distante dos anteriores e intermédia entre a insatisfação e satisfação. É ainda de referir que o nível mais percepcionado neste indicador foi o de nem satisfeito, nem insatisfeito seguido de muito perto pelo nível de satisfeito. Provavelmente estes resultados relacionam-se com o facto dos professores que leccionam nas escolas das zonas Oeste e Este da RAM utilizarem transportes colectivos, organizados pontualmente pelo GCDE para transportar os alunos para as competições,

realizando nestas duas zonas, distâncias superiores à percorrida por professores e alunos na zona Funchal⁹.

Desta forma pode-se provavelmente dizer, que o nível insatisfatório atribuído pelos professores aos horários dos transportes para as competições do desporto escolar, poderá condicionar a sua percepção em relação ao respectivo serviço. Este resultado vem na continuação do obtido por Correia e Rosado (2006), em que 26,6% dos professores inquiridos estavam insatisfeitos ou muito insatisfeitos com os transportes.

Relativamente à qualidade da organização da competição, os professores mostraram-se satisfeitos independentemente dos anos de experiência no desporto escolar e da zona geográfica em que leccionam. Provavelmente as razões para apresentação destes resultados se devam ao facto de os professores, que operacionalizam no terreno as actividades coordenadas pelo GCDE, se sentirem parte integrante de uma organização que embora possuindo pontos fortes e fracos, funciona, contribuindo no seu entender para o aumento da respectiva qualidade. Recorde-se Bilhim (2006) ao referir que, com a chegada da abordagem da gestão estratégica de recursos humanos, a participação dos empregados deixou de visar o aumento da sua satisfação para ter como objectivo a utilização mais adequada das suas competências, melhorando o seu desempenho e aumentando a sua produtividade.

Talvez estes dados reflectam ainda e também a percepção de um grande número de professores que pela primeira vez (ou apenas no desporto escolar) têm a possibilidade de liderar um grupo de alunos que treina e compete, ou então, de coordenar uma série de actividades desportivas. Recordemos que, a qualidade de serviço percebida é geralmente vista como um longo caminho a percorrer, uma avaliação geral do serviço e a satisfação do cliente como uma medida de transacção específica da experiência (Robinson, 2006).

Para terminar a discussão deste ponto, uma questão pode ser levantada: Será que as expectativas iniciais dos professores relativamente ao desporto escolar são tão baixas¹⁰ que depois de vivenciarem esta experiência são ultrapassadas¹¹?

⁹ Importa referir que a organização dos transportes é da responsabilidade do GCDE e a estratégia utilizada é a de abranger o maior número de escolas com o mesmo meio de transporte. Isto poderá provocar alguns incómodos, principalmente nos grupos/equipas que são das zonas Este e Oeste da Ilha que demoram mais tempo a chegar ao local da competição e, conseqüentemente, regresso a casa também mais moroso. Esta razão aliada a possíveis atrasos que são inerentes à realização das próprias actividades, pode provocar nos professores desconforto e uma percepção insatisfatória.

A percepção dos professores inquiridos relativamente ao indicador arbitragem mostrou ser satisfatória independentemente da área geográfica em que leccionam. Esta leitura sugere a ideia de que provavelmente os professores percebem maior satisfação por verem parte do seu trabalho também reflectido na arbitragem, uma vez que lidam com os alunos árbitros que acompanham o seu grupo/equipa durante o quadro competitivo.

Em contrapartida e segundo a variável anos de experiência dos professores, existem resultados estatisticamente significativos, encontrando-se mais professores com mais de 12 anos de experiência no desporto escolar satisfeitos, relativamente aos restantes e mais professores com 3 ou menos anos de experiência, quando comparados com os que têm mais de 3 anos de experiência insatisfeitos com a arbitragem. Estes resultados provavelmente podem sugerir que os professores menos experientes estão mais preocupados com a vitória na competição e reconhecimento social do que com a melhoria das habilidades dos alunos, valorizando as arbitragens para justificação de alguns insucessos, para assim provarem a qualidade das suas capacidades, ou seja, provavelmente poder-se-á dizer que a percepção dos critérios de êxito desportivo do treinador é orientada para o ego (Luján, J., Ferriol, A. e Gimeno, E., 2005). Pelo contrário, poder-se-á dizer que provavelmente os professores mais experientes têm uma percepção dos critérios de êxito desportivo do treinador orientada para a tarefa (Luján et al, 2005), não necessitando tanto de provar a sua qualidade enquanto especialistas, observando a arbitragem como um fenómeno pedagógico sujeito a erros diversos, aproveitando outros factores para melhorar as suas capacidades e dos seus alunos. Pois como refere Samulsky (2002) nas directrizes motivacionais para técnicos de desporto, atribuiu-se o fracasso preferencialmente à falta de esforço, de modo que a motivação para o treino possa ser aumentada.

Já em relação ao número de treinos por semana e respectiva duração, a percepção dos professores, independentemente da área geográfica em que leccionam, parece revelar que estes indicadores são dois pontos fortes do desporto escolar na RAM. Na base destes resultados poderá estar aquilo que muitos autores defendem, ou seja, um equilíbrio entre a prática desportiva e as actividades escolares. Pensar a forma e as

¹⁰ Todos nós conhecemos bem a crise da escola, aspecto singular da crise geral da sociedade mas possuindo características específicas (Carvalho 1985).

¹¹ Pois como refere Moura (2004), os clientes ficam satisfeitos ou não conforme as suas expectativas.

condições de organização do treino das crianças e adolescentes remete-nos, pois, para a necessidade de equacionar o tempo de treino disponível no quadro de exigências de tempo, igualmente importantes, para as actividades escolares (Marques, 1999).

Outro dado que poderá ter contribuído para a obtenção destes resultados refere-se à aceitação, por parte dos professores, da ideia de que o “rendimento desportivo” dos alunos não advém exclusivamente do treino aplicado, mas sim de um processo natural de crescimento e das actividades físicas formais e informais realizadas. É que, nestas idades, muito provavelmente, a melhoria da força, da resistência, etc, advém mais do facto dos jovens estarem a crescer do que da carga física que lhes é imposta pelo treino formal (Pereira, 1999).

É de referir que o desporto escolar diferencia-se de outras organizações desportivas, precisamente porque aqueles que o integram não terem (supostamente) como principal objectivo a vitória, mas antes possibilitar aos alunos a experimentação e uma formação desportiva multilateral, que lhes permita crescer em harmonia. Na sequência deste conceito os professores inquiridos parecem estar conscientes do seu papel e satisfeitos com as condições de treino proporcionadas. Recorde-se ainda que segundo Lee (1999), o treinador vai ser obrigado a ter muito claro aquilo que está a tentar alcançar, construindo um conjunto de valores pessoais que colocam o bem estar dos outros acima dos seus próprios interesses, o que, no desporto, não é tarefa muito fácil, uma vez que se trata de uma actividade centrada no interesse dos intervenientes.

É ainda de referir que estes resultados são idênticos aos alcançados por Correia e Rosado (2006), onde se verificou que os professores estavam muito satisfeitos com o número de treinos por semana e satisfeitos com a duração dos respectivos treinos.

Por último, importa referir que os professores inquiridos durante o ano lectivo 2006/2007 que trabalharam no desporto escolar da RAM estão satisfeitos com a respectiva qualidade do serviço (Anexo I). Comparando este resultado com o de “razoável” obtido por Soares (1996), no seu estudo relativo à qualidade do serviço do desporto escolar da RAM, é de registar uma ligeira (mas positiva) subida da satisfação geral por parte da percepção dos professores sobre os aspectos do serviço. Nível satisfatório foi também o percebido por 49,3% dos professores em Portugal continental, relativamente à satisfação geral para com o desporto escolar, obtido no estudo realizado por Correia e Rosado (2006).

6 Conclusões

A primeira ideia a retirar deste estudo é que a avaliação da qualidade do serviço prestado pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, segundo a opinião dos coordenadores do desporto escolar, relativamente aos indicadores do funcionamento das competições externas (número de competições/jogos por ano, serviço de transporte dos alunos que vão competir, qualidade da organização da competição e arbitragem) foi considerada no geral satisfatória, sendo de destacar pela positiva a qualidade da organização da competição e pela negativa o número de jogos ou competições. É também de referir a indecisão dos inquiridos relativamente à percepção para com as arbitragens, demonstrada pelo equilíbrio verificado entre as respostas dadas.

Por outro lado, os professores do desporto escolar mostraram-se globalmente satisfeitos no que respeita à intervenção dos professores de Educação Física, árbitros, encarregados de educação, funcionários da escola e serviços administrativos da escola, sendo de destacar a satisfação demonstrada relativamente aos professores de Educação Física (seus colegas de trabalho) e o resultado verificado de nem insatisfeito nem satisfeito no que aos encarregados de educação diz respeito.

Importa também salientar a percepção claramente satisfatória manifestada pelos professores orientadores de equipas e os coordenadores da actividade interna em relação à recepção da informação sobre o desporto escolar, por parte do coordenador do desporto escolar, da direcção ou conselho executivo, dos serviços administrativos da escola e do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. É de destacar o nível satisfeito e muito satisfeito, em relação à informação recebida dos coordenadores do desporto escolar, podendo provavelmente aceitar-se a ideia de que esta sua competência está a ser bem articulada com os restantes professores.

Também foi avaliada a percepção dos professores relativamente à facilidade de participação do grupo/equipa e ao funcionamento das competições externas, em função das variáveis anos de experiência no desporto escolar e área geográfica (Funchal, Oeste e Este) em que o professor lecciona.

Assim, relativamente ao número de competições por sábado/concentração, bem como ao número de competições/jogos por ano, a percepção dos professores inquiridos revelou-se insatisfatória, independentemente da variável em causa. Contudo, em relação

à realização das competições aos sábados de manhã, os professores manifestaram-se claramente satisfeitos.

No que respeita ao horário dos transportes para as competições, o nível da percepção dos professores foi de insatisfeito, independentemente dos anos de experiência no desporto escolar. Este resultado é complementado com a existência de associação significativa entre o grau de satisfação dos professores, atribuído ao horário dos transportes para as competições e a área geográfica da escola em que leccionam. Desta forma pode-se encontrar mais professores nas escolas do Funchal, em relação às zonas Oeste e Este, que não estão nem satisfeitos nem insatisfeitos, com o horário dos transportes para as competições. Ainda é de referir, que se estaria à espera de encontrar mais professores insatisfeitos nas escolas do Funchal, quando comparamos com a insatisfação verificada nas escolas da zona Oeste e Este.

Por outro lado, os professores revelaram-se satisfeitos em relação ao serviço de transporte dos alunos que vão competir na variável anos de experiência, embora também se esteja em condições de afirmar que a área geográfica da escola tem efeito significativo na opinião dada pelos professores. Assim, nas escolas do Funchal pode-se encontrar mais professores que não estão nem satisfeitos, nem insatisfeitos com o serviço de transporte dos alunos que vão competir e, por outro lado, nas escolas da zona Oeste, encontramos mais professores insatisfeitos com este serviço, quando comparamos com as zonas do Funchal e Este. Após estes resultados pode-se concluir que provavelmente o serviço de transporte percebido pelos professores poderia ser ainda mais valorizado se a percepção relativamente ao horário dos transportes fosse satisfatória.

Em relação à qualidade da organização da competição, os resultados apontam para que a percepção dos inquiridos, independentemente da variável estudada, seja satisfatória, o que não deixa de ser um motivo de orgulho para o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, uma vez que provavelmente a programação realizada é bem articulada com as escolas e corresponde de forma positiva às expectativas criadas pelos professores.

No que respeita à arbitragem, a percepção dos professores revelou-se satisfatória independentemente da área geográfica em que lecciona. Apesar deste resultado, pode-se afirmar que a opinião dada pelos professores em relação a este indicador depende

significativamente dos anos de experiência. Na verdade, através da análise dos dados, foi possível aferir que os professores mais experientes no desporto escolar (mais de 12 anos), revelaram maior nível de satisfação, sendo que os professores com 3 ou menos anos de experiência revelaram níveis elevados de insatisfação relativamente a questões de arbitragem. Estes resultados podem provavelmente sugerir que esta é uma área sensível e por essa razão necessita de ser pedagogicamente apoiada, comportamento que apesar de compreendido por todos os professores, uma vez que a formação de árbitros é também uma das suas competências, é mais respeitado pelos docentes mais experientes que pelos menos.

Foi ainda avaliada a percepção dos professores no que respeita à facilidade de participação do grupo/equipa, relativamente aos indicadores número de treinos por semana e duração dos treinos, mas apenas segundo a variável área geográfica em que lecciona. O nível satisfatório demonstrado pela percepção dos professores parece revelar que estes são dois pontos fortes do desporto escolar da Região Autónoma da Madeira, enquadrando-se na sua filosofia, nível competitivo e organização.

7 Considerações finais e recomendações

A realização deste trabalho proporcionou um maior conhecimento do desporto escolar na RAM possibilitando uma visão diferente sobre esta matéria, que conseqüentemente tarda em ser definida relativamente ao seu papel específico no Desporto (em geral), embora seja apontada como a única ferramenta credível, pedagogicamente compatível e tecnicamente segura de proporcionar a todos os jovens vivências numa área tão importante como é a da actividade física.

Este estudo embora identifique aspectos importantes do desporto escolar nesta região autónoma, apresenta limitações que não se podiam deixar de comentar.

Em primeiro lugar é preciso ter em atenção que uma das principais fragilidades do estudo é o facto de se ter avaliado a qualidade do serviço do desporto escolar, a partir das percepções dos actores, ou seja, os professores, que provavelmente, maiores interesses têm a salvaguardar, e por isso, é necessário reflectir sobre a isenção e independência dos mesmos. Assim, seria também interessante relacionar os objectivos deste trabalho com outros intervenientes no desporto escolar (ex: pais e alunos), porque são membros que directa ou indirectamente contribuem para a dinamização deste sector.

É de referir que, embora se tenham estabelecido relações entre os vários indicadores aqui estudados com os anos de experiência dos professores no desporto escolar e a área geográfica em que leccionam, outras variáveis ou dimensões ainda se poderiam relacionar, na medida em que o questionário aplicado aos professores na sua parte inicial integrava perguntas para medir as características dos casos (ex: género, idade, ciclos de escolaridade, escola em que o docente lecciona ou situação profissional em que se encontra), que acabaram por não se relacionar.

Também seria interessante comparar os resultados alcançados no desporto escolar da RAM com os da Região Autónoma dos Açores.

Este tipo de estudo não devia ser realizado de forma pontual, isto é, apenas num único ano lectivo, mas sim ser alargado a idênticos períodos seguindo cronologicamente uma ordem consecutiva ou interpolada, para retirar conclusões mais abrangentes e transversais, sendo simultaneamente possível comparar o trabalho realizado com o inicialmente planeado.

Por último, sem dúvida que a satisfação proporcionada pelo serviço do desporto escolar está directamente relacionada com as orientações políticas operacionalizadas pelo respectivo Programa. Assim, a avaliação realizada por este estudo não será necessariamente idêntica à (s) realizada (s) em futuros, uma vez que também as políticas relativas a esta área sofrem alterações, sendo por isso necessário elaborar trabalhos que estejam atentos a novos desenvolvimentos.

Em jeito de recomendações, existem aspectos que merecem ser destacados:

- Embora os professores se tenham mostrado satisfeitos relativamente aos intervenientes aqui estudados, a relação com os encarregados de educação deve ser revista, no sentido de criar sinergias para que ambos, respeitando mutuamente as respectivas competências, proporcionem a melhor formação possível aos principais visados neste processo, isto é, os jovens. Talvez seja importante melhorar a comunicação com os pais (através dos meios de comunicação que existem hoje em dia e que são cada vez mais rápidos e explícitos), emitindo e recebendo informações articuladamente, de forma a informá-los sobre os aspectos mais pertinentes e consequentemente responsabilizá-los em relação ao envolvimento dos seus educandos nas actividades.

- É importante manter e se possível reforçar o nível da comunicação entre os vértices do quadrado, formado pelo GCDE, estrutura intra-escola, coordenadores e professores do desporto escolar. Parece credível manter a aposta na utilização das novas tecnologias.

- No que respeita à facilidade de participação do grupo/equipa, os professores relativamente aos indicadores estudados mostraram equilíbrio nas suas respostas, sendo de destacar as competições aos sábados como indicador gerador de satisfação, podendo-se talvez arriscar dizendo que tanto o número de competições por sábado/ concentração como por ano, deve ser aumentado. Relativamente à percepção insatisfatória provocada pelo horário dos transportes, importa reflectir sobre toda a organização deste indicador, pois é sem dúvida um handicap do serviço proporcionado pelo desporto escolar (e pelo GCDE em particular), influenciando provavelmente a percepção sobre a qualidade do respectivo serviço.

- De acordo com os indicadores estudados, o funcionamento das competições externas foi considerado de forma geral bastante positivo. Apesar desta constatação, é

necessário ter em conta que o serviço de transporte dos alunos pode ser melhorado, sabendo *a priori* que este é um problema antigo, mas que deve ser resolvido, principalmente no que ao tempo gasto em deslocações diz respeito (que se reflecte directamente na percepção insatisfatória provocada pelos horários dos transportes, como atrás foi referido). Desta forma, sugere-se humildemente que os transportes passem a ser da responsabilidade de cada escola, podendo-se articular o mesmo transporte com outras, mas delegando sempre nestas a respectiva organização. Obviamente que esta orgânica representa custos que poderão ser colmatados com as verbas que o GCDE tem para o efeito, podendo ser esta distribuída por cada escola, relacionando a verba a distribuir com a sua localização, com o número de grupos/equipas existentes e pelo número de deslocações que efectuará, representando neste caso a descentralização no sentido GCDE-Escola da competência dos transportes. Importa também abordar a arbitragem, que embora não apresente apenas falhas no sistema educativo, deve também por isso ser encarada de uma forma mais séria por todos os intervenientes do desporto escolar, tornando-se mais atractiva. Sabendo-se que não existem fórmulas mágicas para a resolução de todos os problemas, sugere-se a criação do cargo de responsável pela arbitragem ao nível da escola, pois parece que a atribuição desta competência aos responsáveis pelos grupos/equipas, coordenador da actividade interna e coordenadores do desporto escolar, com posterior articulação com o GCDE, não é suficiente e talvez neste aspecto o desporto escolar esteja a ser pouco ambicioso, deixando assim de aproveitar a oportunidade de encarar a formação de árbitros de uma forma mais séria, coerente, pedagógica e menos tradicional que o desporto federado.

8 Referências

8.1 Diplomas legais

Decreto-Lei n.º 95/91 de 26 de Fevereiro - Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar.

Decreto Legislativo Regional n.º 7/98/M – define o regime jurídico dos coordenadores regionais de modalidade e concelhios da área disciplinar de Expressão e Educação Físico-Motora do 1º ciclo do ensino básico e desporto escolar em todos os níveis de ensino, DR, I série – A, n.º 97, de 27 de Abril de 1998.

Lei de Bases do Desporto, Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho de 2004.

Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2005/M – Aprova a orgânica da Secretaria Regional de Educação e do Gabinete do Secretário e órgãos dependentes, DR – I Série – B, n.º 47 – 8 de Março de 2005.

Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2005/M de 19 de Abril de 2005 – aprova a orgânica do Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, DR - I Série – B n.º 76.

Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2005/M de 22 de Abril de 2005 – aprova a orgânica da Direcção Regional de Educação da RAM, Jornal Oficial – I Série – n.º 41.

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 49/2005, 30 de Agosto de 2005.

Ofício Circular N.º 5.0.0 -300/2005 de 6 de Setembro de 2005.

Despacho n.º 109/2005 – relativo à estrutura organizativa do Desporto Escolar integrada na Secretaria Regional da Educação – Série II - n.º 206, de 26 de Outubro de 2005.

Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (2005). Acedido em 2 de Outubro de 2007, disponível em <http://dre.madeira-edu.pt>. [index2 competencias gcde.pdf]

Programa do Desporto Escolar – 2006/2007 – 2º, 3º CEB e Ensino Secundário. Acedido em 20 de Maio de 2008, disponível em www.madeira-edu.pt/dre/gcde

Regulamento Geral de Provas – 2006/2007 – Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. Acedido em 26 de Maio de 2008, disponível em www.madeira-edu.pt/dre/gcde

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2007/M – Estabelece as bases do sistema desportivo da RAM, DR, 1º série – nº 8, 11 de Janeiro de 2007.

Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma da Madeira (2007). Acedido em 24 de Outubro de 2007, disponível em <http://www.madeira-edu.pt/P%C3%83%C2%A1ginainicialtabid56ctlReadmid497DestaqueId16Default.aspx>.

8.2 Bibliografia

Adelino, J., Vieira, J. e Coelho, O. (2005). *Caracterização da Prática Desportiva Juvenil Federada*. Instituto do Desporto de Portugal.

Almeida, C. (2005). Pareceres Técnicos Especializados. In Montiel, A., Pina, J. e Pereira, V.. *Arbitragem nas Federações Desportivas em Portugal – Contributos para uma Caracterização Organizacional*. pp. 54-57. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.

Alves, C. (2003). *Satisfação do Consumidor*. Lisboa: Escolar Editora.

Apolinário, M. (1992). Por Falar Em... . . . A Comunicação Nas Organizações. *Dirigir – revista Para Chefias*. Nº 25. pp. 73-76.

-
- Baptista, P. (2003). *Espírito desportivo: conhecer o pensamento dos professores sobre a integração dos princípios do espírito desportivo na formação de alunos que constituem as equipas de Desporto Escolar*. Tese de mestrado não publicada. Universidade Técnica de Lisboa/FMH.
- Bento, J. (1985). Desporto na escola e desporto no clube: possibilidades de uma cooperação. *Horizonte*, Vol 2, nº 7 (Maio-Jun), p. 3-6.
- Bento, J. (2002). Dez anos de reforma: perspectivas para a Educação Física e Desporto Escolar. *Horizonte*, Vol 18, nº 103, 2002, p. 32-39.
- Bento, J. (2004). *Desporto – Discurso e Substância*. 1ª Edição. Porto: Campo das Letras. UP-FCDEF.
- Bilhim, J. (2006). *Gestão Estratégica de Recursos Humanos*. UTL/ISCSP.
- Bilhim, J. (2006). *Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*. UTL/ISCSP.
- Bompa, T. (1995). *From childhood to champion athlete*. Toronto: Veritas Publishing Inc.
- Carvalho, C., Boléo, M. & Nunes, T. (2006). *Cooperação Família-Escola. Um Estudo de Situações de Famílias Imigrantes na sua Relação com a Escola*. Lisboa. ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Carvalho, A. (1985). Desporto Escolar e Inovação Pedagógica. *Horizonte*, Vol 2, nº 10 (Nov-dez 1985), p. 120-126.
- Carvalho, A. (1987). *Desporto Escolar – inovação pedagógica e nova escola*. Lisboa: Caminho.
- Congresso do Desporto (2005). Acedido em 2 de Outubro de 2007, disponível em http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros/Dia94_Ora215.pdf

Convenção do Desporto Madeirense (2007). Acedido em 2 de Outubro de 2007, disponível em <http://www.idram.pt/convencao/5/sintese.html>

Correia, A. e Rosado, A. (2006). *A Satisfação da Comunidade Escolar e das Famílias relativamente ao Desporto Escolar*. Lisboa: DGIDC-FMH.

Costa, C. (2003). *O Atendimento nos Serviços de Desporto Escolar como Factor Estratégico para a Qualidade – Do Rececionista ao Técnico de Natação*. Acedido em 16 de Fevereiro de 2008, disponível em www.sqd.pt/download/cesar/aptn_comunicacao.doc

Cruz, C. (1984). Desporto Escolar. *Horizonte, Vol 1, nº 4 (Nov-Dez 1984)*, p. XII.

Dias, A., André, F., Assunção, P., Arede, C., Lourenço, J., Victorino, J. (1986). Que relação com o desporto Federado? *Horizonte, Vol 3, nº 14 (Jul-Ago 1986)*, p. 39-42.

Domingues, I. (2004). Qualidade nos Serviços Públicos – Constrangimentos e Possibilidades. *Revista Episteme*, Lisboa: Universidade Técnica, nº 13-14: pp. 225-242.

Goldschmidt, A. (2003). Estratégias de Comunicação para o Terceiro Setor. *Integração – A revista electrónica do Terceiro Setor*. Acedido em 14 de Fevereiro de 2008, disponível em <http://integracao.fgvsp.br/ano6/08/financiadores.htm>

Gomes, P., Silva, P. e Queirós, P. (2000). *Equidade na Educação: educação física e desporto na escola = Equity on Education*. Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto.

Gonçalves, C. (1999). O Espírito Desportivo na Formação dos Jovens Praticantes. In Adelino, J., Vieira, J. e Coelho, O.. *Seminário Internacional – Treino de Jovens – Comunicações*. pp. 111-122. Lisboa: Secretaria de Estado do Desporto.

Hill, M.M. e Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário* (2ª Edição). Lisboa: Edições Sílabo.

Homem, F. (2006). *Tempo livre lazer e desporto dos jovens em idade escolar: análise da responsabilidade e do quadro de interacção da escola, da autarquia e do clube*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade Técnica de Lisboa/FMH.

Lee, M. (1999). O Desporto para os Jovens ou os Jovens para o Desporto? In Adelino, J., Vieira, J. e Coelho, O.. *Seminário Internacional – Treino de Jovens – Comunicações*. pp. 123-134. Lisboa: Secretaria de Estado do Desporto.

Lendrevie, J., Lévy, J., Lindon, D., Dionísio, P., Rodrigues, J. (2004). *Mercator XXI – Teoria e Prática do Marketing*. 10ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Lima, T. (1999). Uma Perspectiva Social da Formação Desportiva dos Jovens. In Adelino, J., Vieira, J. e Coelho, O.. *Seminário Internacional – Treino de Jovens – Comunicações*. pp. 71-77. Lisboa: Secretaria de Estado do Desporto.

Luján, J., Ferriol, A. e Gimeno, E. (2005). Percepção de competência das jogadoras e de critérios de êxito do treinador, como predictores da orientação de objectivos no Andebol de formação. *Revista de Psicologia del Deporte*, Vol. 14, nº1.

Marques, A. (1999). Crianças e Adolescentes Atletas: entre a Escola e os Centros de Treino... entre os Centros de Treino e a Escola! In Adelino, J., Vieira, J. e Coelho, O.. *Seminário Internacional – Treino de Jovens – Comunicações*. pp. 17-31. Lisboa: Secretaria de Estado do Desporto.

Marques, C. (2002). *Análise de necessidades de formação contínua de professores de Educação Física e Desporto Escolar*. Tese de mestrado não publicada. Universidade Técnica de Lisboa/FMH.

-
- Mota, R. (2003). Desporto Escolar: organização, dinamização da actividade interna. *Horizonte, Vol. XIX, nº 109 (set-out 2003)*, p. I-VIII do dossier.
- Moura, M. (2004). “Qual a importância da Qualidade nos serviços?”. Acedido em 14 de Fevereiro de 2008, disponível em <http://www.gestluz.pt/v2/main.php?id=638>
- Oliveira, J. (2002). Desporto Escolar: uma perspectiva de formação desportiva. *Horizonte, Vol. 17, nº 102, 2002*, p. 19-22.
- Pedro, J. (1999). A Gestão de Informação e a Comunicação nas Organizações. *Dirigir – Revista Para Chefias*. Nº 63. pp. 42-44.
- Pereira, J. (1999). Treinar Jovens: Benefício ou Risco? In Adelino, J., Vieira, J. e Coelho, O.. *Seminário Internacional – Treino de Jovens – Comunicações*. pp. 64-69. Lisboa: Secretaria de Estado do Desporto.
- Pina, M. (1994). Desporto Escolar: da organização do passado à organização do futuro. *Horizonte, Vol 10, nº 60 (Mar-Abril 1994)*, p. I-VIII dossier.
- Pina, M. (1995). Desporto Escolar: o núcleo clube escolar. *Horizonte, Vol 11, nº 65 (Jan-Fev 1995)* dossier.
- Pires, G. (2002). Desporto Escolar – Parte II / Gustavo Pires. *Horizonte, Vol. 18, nº 103, 2002*, p. I-VIII (dossier).
- Robinson, L. (2006). Customer Expectations of Sport Organisation. *European Sport Management Quarterly*, Vol. 6, Nº 1, p. 67-84, Março 2006.
- Samulsky, D. (2002). Motivação. In D. Samulsky, *Psicologia de esporte*: Barueri: Ed. Manole.

Scroferneker, C. (2003). *Perspectivas Teóricas da Comunicação Organizacional*.
acedido em 2 de Outubro de 2007, disponível em
<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/boletin11/cleusa1.htm>

Serpa, S. (1999). Em Pequenino para não ficar Menino. In Adelino, J., Vieira, J. e Coelho, O.. *Seminário Internacional – Treino de Jovens – Comunicações*. pp. 31-35. Lisboa: Secretaria de Estado do Desporto.

Silva, F. (2005). Pareceres Técnicos Especializados. In Montiel, A., Pina, J. e Pereira, V.. *Arbitragem nas Federações Desportivas em Portugal – Contributos para uma Caracterização Organizacional*. pp. 58-60. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.

Silva, P. (2002). Escola-Família: tensões e potencialidades de uma relação. Lima, J.. *Pais e professores: um desafio à cooperação* (pp. 97-132). Porto: ASA Editores II. S.A.

Silvério, J. (2005). Psicologia do Desporto e Arbitragem. *Revista Treino Desportivo*. Nº 27, Ano VII, 3ª Série, p.44-49.

Soares, J. (1996). Avaliação da Qualidade do Serviço do Desporto Escolar da Região Autónoma da Madeira através da consulta aos professores de Ed. Física. Tese de mestrado não publicada. Universidade Técnica de Lisboa/FMH.

Soares, J. (1997). Desporto Escolar – Organização e perspectivas futuras. O DESPORTO Madeira.

Soares, J. e Correia, A. (2007). Documentação de apoio à disciplina *Marketing do Desporto* no âmbito do Mestrado em Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira.

Sobral, F. (1999). Os Factores Biossociais no Rendimento Desportivo dos Jovens. In Adelino, J., Vieira, J. e Coelho, O.. *Seminário Internacional – Treino de Jovens – Comunicações*. pp. 61-63. Lisboa: Secretaria de Estado do Desporto.

Anexos

Anexo I Percentagem de professores satisfeitos com o desporto escolar

Anexo II Distribuição das escolas por zona geográfica/concelho

Anexo III Questionário fase validação

Anexo IV Questionário definitivo